

Programa de uma sociedade internacional secreta da emancipação da humanidade

Mikhail Bakunin. Setembro-outubro de 1864, Estocolmo, Suécia. Fonte do original: Kungliga Biblioteket, Estocolmo.

Sociedade internacional secreta da emancipação da humanidade

I – OBJETIVO DA SOCIEDADE

Esta sociedade tem por objetivo reunir os elementos revolucionários de todos os países em para, a partir deles, formar uma aliança realmente santa da liberdade contra a Santa Aliança de todas as tiranias na Europa: religiosa, política, burocrática e financeira.

Uma aliança tal nunca foi tão necessária. Durante estes dois últimos tristes anos, a reação triunfou por toda Europa. A Polônia e a Dinamarca foram esmagadas, porque estes dois países empreenderam movimentos isolados e porque contaram com os governos estrangeiros e com a assistência da diplomacia. É tempo de compreender que as nações que querem emancipar-se, e estabelecer uma séria liberdade em casa, devem procurar em si próprias os elementos de sua força e só contar consigo próprias, primeiramente, e depois com as outras nações. É preciso entender que os governos de todos os Estados da Europa, com exceção de um só, o da Suíça, com o qual, tendo em vista sua fraqueza relativa e sua posição geográfica perigosa, ainda é difícil contar – mas sem fazer exceção daquele da Suécia, que a cada dia se desmascara mais e que é vassalo do Imperador dos Franceses - é preciso entender, como eu dizia, que todos os governos da Europa são e, tendo em vista as necessidades de suas posições atuais, devem ser reacionários; que nenhum, nem mesmo aquele da Inglaterra, poderia consentir com o estabelecimento de uma liberdade radical e democrática - a única que pode satisfazer, hoje em dia, as exigências instintivas dos povos – dentro de seus Estados, ou até mesmo em qualquer ponto da Europa exterior a estes. E que, por maior que

sejam sua rivalidade ou seu ódio mútuos, mesmo em meio à guerra mais encarniçada, eles se darão sempre as mãos, secreta ou abertamente, todas as vezes que um povo qualquer, revoltando-se em nome de seus direitos, ameaçar levar, através de seu exemplo, aos outros. Os príncipes, seus cortesões, seus ministros, todas as classes privilegiadas, clerical, nobiliária, burocrática, financeira – toda esta massa de homens e mulheres, na Europa, que vivem da ignorância, da desunião e da escravidão dos povos, sabem muito bem que uma só revolução nacional feliz acarretaria a revolução de toda a Europa, e que a revolução europeia, uma vez acendida, não cessará antes de ter garantido o triunfo da democracia – ou seja, antes de vê-los arruinados e destruídos de cima a baixo. Do ponto de vista deles, que é necessariamente o de sua própria conservação, eles têm, pois, mil vezes razão ao temer e detestar a revolução mais que qualquer outra coisa, e esquecer, diante deste perigo supremo, todos os perigos secundários que possam surgir, para eles, de suas rivalidades e de suas guerras mútuas. Assim, mesmo se não tivéssemos fatos que provem sua aliança secreta, seria logicamente necessário supô-la. Mas os fatos são flagrantes. Não preciso lembrar a conduta da Prússia, da Áustria e da Inglaterra no caso da Polônia. Vou parar naquela de Napoleão III, o protetor ostensivo desta triste nação. Pois bem, sabemos, agora de fonte certa, que desde o começo da insurreição polonesa até seu fim, ele não parou de trair ao governo russo, seu inimigo ostensivo, todos os segredos que a credulidade dos poloneses tinha-lhe confiado. Ele agiu, ultimamente, da mesma forma com os húngaros – e podem ter certeza que as prisões que aconteceram há alguns meses na Hungria não tiveram outra fonte a não ser as denúncias infames do governo francês. Minto, existiu um papel ainda mais infame; é aquele do governo italiano, que em várias vezes diferentes denunciou ao governo austríaco os empreendimentos dos húngaros e dos italianos contra si. Não dá para acreditar, mas é verdade. Não é menos verdade que, no mês de agosto passado, o próprio Vitor Emanuel preparou uma armadilha não menos infame para Garibaldi, que, demasiado cheio de lealdade e de honra cavalheiresca para poder notá-lo, não teria deixado de cair, se não tivesse sido avisado a tempo por Mazzini. Não se tratava de nada menos que enviar Garibaldi a Galatz, na Valáquia, num barco a vapor, acompanhado somente de seu Estado-Maior e desarmado, sob pretexto que era proibido passar as Dardanelos com armas, e com a promessa que ele acharia, em Galatz, tanto soldados como armas, e tudo isto com o objetivo insensato de levar Garibaldi a sair de lá contra a Áustria¹. Tudo isto havia sido diretamente

1 Nota do tradutor: No original, “faire marcher Garibaldi de là contre l’Autriche”. A expressão “faire marcher” tem três significados aplicáveis ao caso: fazer com que alguém ande ou vá embora, submeter alguém, e enganar alguém. O mais lógico neste caso seria supor um trocadilho unindo os três sentidos.

tratado entre Garibaldi e o rei, por intermédio de um confidente nojento e cafetão do rei, o Barão de Porcelli – Garibaldi já tinha dito que sim, já havia reunido seu Estado Maior em Ischia, o barco a vapor já estava ali, pronto para recebê-los, quando Mazzini, que ouviu falar da história, deu-lhe um fim mandando publicá-la no jornal “Il Diritto” e advertindo Garibaldi a tempo de salvá-lo. Garibaldi só teria achado, na Moldávia-Valáquia, aquele fazedor de intriguinhas, Napoleão III em miniatura, o príncipe Kuza, de um lado as tropas austríacas, de outro as tropas russas, e teria sido ou morto, ou então preso no Spielberg, ou então forçado a fazer a viagem da Sibéria – e, em todo caso, teria sido morto para sempre pelo ridículo. Garanto-lhe a autenticidade destes fatos, que conheço detalhadamente, de muito boa fonte – ou seja, pelos próprios Garibaldi e Mazzini, assim como pela boca de quase todos os tenentes do primeiro – garanto-lhe com a minha palavra de honra. E não duvido que, nesta intriga suja e infame, Napoleão não tenha feito o papel principal. E no caso da Dinamarca, que papel fez Napoleão? Desejando que o equilíbrio europeu fosse rompido a fim de poder exigir as províncias renanas como compensação, ele empurrou a Prússia para frente e desonrou, ao mesmo tempo, a Suécia, ao impedir que interviesse nesta guerra. E o próprio rei da Dinamarca, que papel desempenhou nesta guerra? E o senhor de Manderström, e o rei da Suécia? Você está vendo que em todas as questões ou interesses nacionais, populares, vêm em contato com as intrigas monárquicas, a traição está por todo canto. Enfim, é um fato que, hoje mesmo, Napoleão III promete sua aliança a Vitor Emanuel – a qual se diz que acaba de ser concluída, sob condição, somente, que o rei da Itália estabeleça em seu país um poder militar, forte, e que dê um golpe militar. E, ao mesmo tempo em que Napoleão negocia com o rei da Itália, com os reis da Dinamarca e da Suécia, e com os pequenos príncipes da Alemanha, ele negocia também, secretamente, com a Prússia, a Áustria, a Rússia.

Tais são estes soberanos semi-revolucionários: o rei da Itália, o Rei da Suécia e, na chefia, o estelionatário coroado, Napoleão III – sobre os quais uma parte louca do partido revolucionário na Europa, e muitos partidos nacionais, sem fazer exceção da Suécia, fundam suas loucas esperanças. E com amigos assim, sempre prontos a nos vender e a nos massacrar, ou a fazer com que outros nos massacrem, temos de um lado a reação franca, sombria, ameaçadora, da Rússia, da Prússia e da Áustria dando-se as mãos, evidentemente, sobre as ruínas fumegantes da Polônia, apesar das diferenças que as separam, e se (il.)² abertamente contra a liberdade na Europa, e comandando juntos uma força armada de quase dois milhões de homens. Não, nunca a

2 NT: No texto de referência, “(ill.)”, provavelmente, abreviação de “illisible”, “ilegível”. Durante todo o texto, porém, as frases com esta referência não parecem incompletas.

reação foi tão ameaçadora, nem a situação dos povos livres ou que aspiram à liberdade na Europa, tão perigosa como hoje. Se cruzarmos os braços, já era a liberdade durante um século.

Há muitos suecos bastante liberais que sustentam que nada disto pode dizer respeito à Suécia nem à Noruega, que separadas do resto da Europa por sua posição quase insular, e ainda mais por seu desenvolvimento político totalmente original, com a força do liberalismo sério de seus camponeses, nem uma nem outra correm o perigo de se ver levadas pela corrente geral da reação Europeia, e que até mesmo o triunfo do despotismo sobre o continente não saberia parar sua caminhada progressiva para adiante. Acho que se enganam muito. E, primeiro, quanto à questão escandinava, é evidente que sua resolução depende inteiramente da direção que as coisas tomarem na Europa. Se a liberdade triunfar, é certo que a federação escandinava será feita³ - mas é igualmente certo que esta não será feita se o despotismo levar a vitória na Europa - ou seja, se a Prússia monárquica, a Áustria e a Rússia imperial se tornarem todo-poderosas na Europa. É tão evidente que eu não creio precisar prová-lo. Mas sustento ainda que até mesmo a questão interior, aquela da liberdade ou da (il.) não-liberdade da Noruega e da Suécia depende igualmente da direção política e social, do espírito liberal ou antiliberal que ganhar definitivamente no continente da Europa. Você pensa, por exemplo, que a reforma tão necessária da constituição sueca ganharia muito ao triunfo das tendências russas, prussianas, austríacas? E você não pensa comigo que o sopro que varresse a liberdade de toda a superfície da Europa ganharia indubitavelmente, e logo, seu ministério, uma parte de sua burguesia, a grande maioria de sua burocracia, sua nobreza, seu clero, seu rei? Na reação, assim como em qualquer outra coisa, o que custa é o primeiro passo, e, uma vez este passo cumprido, nunca se sabe quando e onde vamos parar. Sua realza e respectiva corte, o seu governo, sua burocracia, seus financeiros, suas classes privilegiadas são, no fundo, as mesmas que em qualquer outro lugar - liberais quando elas são forçadas a sê-lo. Mas sua essência, seus instintos, suas tendências naturais e seus interesses são pela reação, e em circunstâncias favoráveis para eles, iriam até os limites do possível. Você vai dizer-me que esta possibilidade é restrita, e quase reduzida a nada, pelo liberalismo historicamente desenvolvido, profundo e sério dos povos norueguês e sueco. Não xingue⁴; infelizmente, só há, nos dias atuais, impossibilidades demais de ontem, que se tornaram hoje tristes realidades. Sim, os elementos de uma grande força liberal, democrática, popular, não faltam a vocês; mas os elementos de força não são a força; para que se tornem

3 NT: Para não complicar o texto traduzido, optou-se por evitar a mesóclise, no caso “far-se-á”, e será mantido tal critério em toda a tradução.

4 NT: Ou “não pragueje”.

força, elas precisam organizar-se, e essa organização lhes falta totalmente. Não conheço nem um pouco a Noruega; quanto à Suécia, eu creio poder dizer sem me enganar que há em seu país uma incapacidade de se organizar completamente notável e muito inquietante para a futura liberdade de vocês. Existe, no seu público (il.), tal despreocupação, tal ingenuidade e tal incúria política, que se o governo agisse de forma habilidosa, evitando somente vexar a vaidade ou a suscetibilidade nacional, ele poderia dar grandes passos na reação, antes que este público percebesse. O caso de Manderström, hoje, lhe prova isto. Mas suponhamos até que os povos noruegueses e suecos se levantem como um só homem contra as tentativas reacionárias possíveis do rei. Seria a revolução de seis milhões de homens no meio de uma reação gral e profunda, que cobriria toda a Europa – ou seja, uma revolução nas condições e com as chances mais desfavoráveis que se possa imaginar. E, por pouco que a reação europeia chegue ao sentimento de sua força, uma (il.) intervenção europeia, russa e prussiana, e talvez as duas de uma vez, viriam, talvez – não, direi mais: viriam certamente outorgar a ordem, a submissão e a paz aos seus dois países revoltados. No tempo da Santa Aliança e dos Bourbons, vimos dois exemplos na Itália e na Espanha, e em 1849, vimos um terceiro na Hungria.

Não creio precisar de outros argumentos, caro amigo, para lhe provar que a causa da Escandinávia, tanto no interior como no exterior, é inseparável da causa de toda a Europa e que os perigos de uma são também da outra. Mas, já que temos os mesmos perigos e o mesmo inimigo, não é de nosso interesse e nosso dever dar-nos as mãos para combatê-los?

A necessidade flagrante de uma aliança entre os povos parece-me suficientemente demonstrada. É preciso agora estudar outra questão: aquela dos meios a empregar para produzir esta união desejável: Quais serão as bases da aliança das nações, e quais serão os órgãos dos quais se servirão para se darem as mãos e para imprimir um movimento que concorde com a atividade parcial de cada uma? – Em nome de que princípios, como e através de quem fundarão esta grande aliança dos povos?

Para se entenderem e se unirem com as outras, cada nação precisará de um Representante. Quem será este representante? O governo de cada país é considerado seu representante oficial e legítimo. Mas podemos recorrer aos governos, já que se trata de formar, precisamente, uma aliança dos povos contra a perniciosa aliança dos governos? Os próprios povos escolherão diretamente seus deputados para um congresso internacional? Mas seria impossível; primeiro porque a grande maioria dos povos encontra-se subjugada a governos que não o permitiriam, e depois, porque, sem exceção nenhuma, nenhum povo da Europa, em seu conjunto, ainda está, em estado de conceber a urgência de tal congresso. A ignorância das massas populares na Europa é extrema. Quantos países onde não sabem ler nem escrever; e

mesmo onde elas sabem as duas coisas, sua imaginação só ultrapassa em exceções bem raras a medida modesta de suas preocupações diárias e o interesse da paróquia. O programa das escolas é tão pobre, e o ensino religioso, ópio que até parece inventado pelos déspotas, o catecismo cristão, que recomenda ao povo a submissão e a resignação cá em baixo, em vista das recompensas celestes, toma nas escolas o lugar do ensino viril da liberdade, dos direitos e dos deveres do cidadão e do homem. De um lado, todos os povos da Europa, exceto o povo Suíço, talvez, estão desmamados desta forte educação que dá somente o real prazer e a prática da liberdade; deixam-nos discutir seus interesses diários e olhe lá. Como poderiam conceber os interesses gerais? Excetuados os momentos de suas grandes crises revolucionárias, que, abalando seu torpor, os inspiram muitas vezes com um espírito novo, as massas populares, no estado econômico, político e social em que se encontram presentemente, serão indiferentes em relação às grandes questões da humanidade e de sua liberdade. Mude a posição delas, mude a educação delas, dê-lhes todos os direitos que pertencem ao homem, e a indiferença delas desaparecerá. Até aí ficarão indiferentes, e será preciso arrastá-las, contra sua vontade, em direção do realização de seu destino. Mas, deixando de lado as massas populares, tomemos as classes civilizadas, e, logo, mais ou menos privilegiadas na Europa. Você acredita que estejam mais aptas que o povo a elevar-se aos grandes interesses da humanidade? Eu mesmo penso, ao contrário, que elas são ainda menos capazes disto. A indiferença das massas populares pelos interesses gerais explica-se por sua ignorância, mas elas não têm nenhum interesse particular que lhes sejam contrários. Enquanto isso, a indiferença, mais que isto, a hostilidade das classes civilizadas, e para resumir, da burguesia – pois é assim que elas se chamam hoje em dia – a resistência da burguesia à real emancipação dos povos se explica por interesses egoístas. As classes civilizadas, inclusive a maioria dos homens de ciência, formam, hoje, não a cabeça, mas a barriga da humanidade. Tome sua oficial e mais justa expressão, a maioria de todas as câmaras legislativas de toda Europa, reúna-as e tente explicar-lhes o tema que lhe preocupa agora. Você verá como elas o receberão! Faça melhor, reúna as minorias que, como oposição, deveriam (il.) compreender os interesses dos povos e as grandes questões da liberdade. Prove-lhes, como 2 e 2 são 4, que a liberdade encontra-se, hoje, horrivelmente ameaçada na Europa, e que só uma aliança estreita entre as minorias liberais de todos os países pode conjurar o perigo. Haverá uma grande exibição de (il.) todas as seitas, você ouvirá muitos belos e estrondosos discursos.

Para começar, eu duvido muito que você consiga convencê-los da realidade e da iminência do perigo. Os charlatães⁵ das oposições parlamentares

5 NT: No original, “beaux-parleurs”, que no sentido próprio faz referência ao homem que usa de lãbia enganadora para seduzir.

ocupam-se demais com as palavras para apreciar os fatos, e estão demasiado cheios do sentimento de sua própria importância para perceber algo além deles próprios. A própria oposição, na Europa, com toda sua indignação factícia e suas belas frases de liberdade, tornou-se uma profissão. Encontra-se nela assentos quentes e uma brilhante posição social. Mas suponhamos até mesmo, o que me parece impossível, que você consiga reunir em um congresso todas as minorias oponentes da Europa. O que resultaria? Você ouviria, sem dúvida, muitos belos e estrondosos discursos, mas dali não sairia um único ato. Os brilhantes oradores, assim como os brilhantes escritores, não agem; no meio de cinquenta escritores, você acharia um que saiba e queira pôr suas palavras em ação, e olhe lá. Você pode julgar sobre isto a partir do que vê na Suécia. Poderíamos dividir, penso eu, a sociedade europeia, em seis categorias diferentes: primeiro vem a grande massa popular sofredora, trabalhadora, ignorante, não realmente hostil ao progresso, mas nem o imaginando, resignada por tradição e necessidade, e incapaz de andar por si própria se não for arrastada. Acima delas há a minoria das classes populares, na maioria do tempo e na maioria dos países, composta pelos operários das fábricas e das cidades – minoria infinitamente mais desperta, mais apaixonada e mais inteligente, não pedindo nada mais que andar, mas incapaz de se dirigir sozinha. Em seguida, há a grande maioria das classes civilizadas – a barriga-, inimiga interessada de todo movimento, e que deixa seus doutrinários e seus padres lhe pregarem a teoria da imobilidade. Mas, no meio e um pouco acima dela, há uma minoria de homens práticos, simples, honestos, rudes trabalhadores, não muito ricos, bastante, às vezes até muito inteligentes, mas pouco instruídos, modestos, tendo o instinto do amor à liberdade, não pedindo mais que servi-la, mas esperando modestamente serem chamados para este serviço e que o caminho lhes seja mostrado. Há ainda a juventude burguesa, já levando consigo, na maior parte das vezes, como uma doença tradicional, o germe do egoísmo burguês, mas ainda generosa pela vivacidade de seu sangue e capaz, sob uma boa direção, de produzir grandes coisas. Esta direção pertence de direito à minoria liberal das classes civilizadas: escritores, homens de ciência ou políticos. Esta minoria se subdivide, por sua vez, em três categorias: em uma maioria relativa de boas almas, mais ou menos vaidosas, bem intencionadas, sem dúvida, mas sem nenhum alcance nem no caráter, nem no espírito, nem no coração, e cuja vida inteira acontece em palavras. Em uma maioria de homens hábeis e infinitamente mais práticos, mas num sentido profissional, para eles mesmos, exploradores felizes do liberalismo, em benefício de sua ambição e de seus interesses. E acima de tudo isto está, enfim, a ínfima minoria dos homens inteligentes, sinceros, apaixonadamente dedicados à causa da humanidade, dedicando-se a ela até à morte, e não entendendo maior felicidade que aquela de a servir – pequena igreja invisível, que desde sempre arrastou a humana sociedade para frente. Eis os homens

que se deve procurar e que, só eles, podem formar entre si uma aliança séria e real. Mas como e onde os procurar?

Um de seus compatriotas propôs um congresso internacional que seria composto dos liberais e democratas avançados de todos os países, não eleitos e enviados como os representantes de quaisquer corpos organizados, mas voluntariamente reunidos sobre algum ponto da Europa, para (il.) comunicar realmente, entre si, seus pensamentos sobre o estado atual de cada país, e para fixar um plano geral de ação, que, conciliando os interesses legítimos de cada povo, produzisse uma força suficiente para parar o progresso ameaçador da reação na Europa. Não digo que a realização deste projeto seja impossível, nem que seja completamente inútil, mas duvido muito que possa trazer nem sequer a metade de todos os grandes resultados que o seu autor promete.

Primeiramente, quanto à utilidade, ela consistiria no fato que um tal congresso público contribuiria, necessariamente, para a iluminação, frente à opinião pública da Europa inteira, da situação respectiva, das necessidades e das tendências atuais de cada país, o que já é bastante importante, já que a ignorância mútua é uma das primeiras fontes de potência para os déspotas, que se esforçam não somente para a manter, mas também para a transformar em ciúme e ódio mortal, afim de amotinar as nações umas com as outras, e para comprimi-las, dividindo-as. O congresso seria útil, ainda, sob outra perspectiva: ele daria aos homens sinceros de todos os países a ocasião de se reconhecerem mutuamente, e de se entenderem em segredo, mas não de outra forma afora em segredo, sobre o andamento que seria preciso imprimir aos negócios de cada país, para fazê-los convergir para um objetivo comum. Ou seja, poderia resultar daí uma união⁶, uma aliança, uma sociedade internacional secreta. O segredo será inevitável, pois, de outra forma, denunciaríamos nossos projetos mais ou menos ilegais, nosso plano de campanha, o estado de nossas forças, assim como nossas fraquezas, a nossos inimigos. Seria nos matarmos antes mesmo de nascer.

Quanto aos inconvenientes e perigos de um congresso voluntário e público, aqui estão⁷: 1º Para começar, os homens sinceros, eminentes e úteis de muitos países não poderiam comparecer, porque nestes países, o único fato de haver participado de tal congresso seria julgado e condenado como um crime, ou então chamaria para o membro a atenção malévola e as perseguições de seu governo: nesta posição encontram-se os franceses, os poloneses, os russos, todos os eslavos, os húngaros, uma parte dos alemães, os italianos de Veneza e Roma, os finlandeses, e talvez em breve até mesmo os dinamarqueses não emigrados.

6 NT: “entente”.

7 NT: Ou “ei-los”.

2° O congresso despertará necessariamente a atenção e a vigilância dos governos, e revelará a eles, sempre, mais ou menos os planos e os meios dos quais queiramos nos servir, antes mesmo de termos começado uma ação qualquer.

3° Nada impedirá que os governos assim despertos enviem para nosso congresso espiões que, sob a máscara do liberalismo, ou até de um democratismo muito revolucionário, viriam semear a discórdia entre nós e estragar nossos projetos.

4° Mas, sem falar da discórdia produzida deliberadamente e com carinho⁸ pelos espiões, a discórdia resultaria infalivelmente da própria composição, voluntária e acidental, do congresso. O congresso tratará necessariamente de questões excessivamente complicadas, quentes, delicadas como, por exemplo, aquela da delimitação natural dos países segundo os desejos reais das populações. Imagine só um congresso composto de alemães, escandinavos, italianos e eslavos. Por menos que seus membros sejam patriotas fanáticos, cada um querendo a grandeza exterior de seu país em tanto que Estado e a força deste antes mesmo do que sua liberdade, e até mais, e mais que a justiça para com os outros países, a união será impossível. E existirão muitos homens, na Europa, que sejam inteiramente livres e puros desta fatal preocupação da grandeza do Estado? E até mesmo entre aqueles que assim sejam em teoria, existirão muitos que ousassem por esta teoria em prática e que não recuariam frente ao perigo de ser chamados de utopistas e loucos, ou de traidores das suas pátrias? Como devem ser firmes, sérias, profundas e apaixonadas, na grande maioria do congresso, a convicção da necessidade de uma aliança dos povos, e a vontade de fundá-la, para dar cabo desta questão difícil! E como supor este ardor sério de convicção e de vontade numa assembleia composta, sem controle e sem crítica, de todos os liberais e democratas da Europa, reais ou supostos, sinceros ou vaidosos, e, ainda por cima, talvez espiões, práticos e tagarelas, na Europa, que quisessem inscrever-se no congresso para participar de suas discussões? Podemos apostar, com certeza, que a maioria de tal assembleia seria absurda, senão ruim. (il.) Para remediar um pouco este inconveniente, poderíamos e certamente deveríamos declarar, ao convocar o Congresso, que somente as pessoas que reconhecem o princípio das nacionalidades são chamadas a entrar, e que, por conseguinte, toda pessoa que declare querer fazer parte desta assembleia estará declarando através disto, de uma maneira absoluta, que ela reconhece sem nenhum equívoco o direito absoluto que qualquer população, pequena ou grande, nação ou província, ou até distrito, tem de dispor de si própria segundo seu desejo, suas simpatias e seus interesses próprios, e sem nenhuma consideração pelo dito

8 NT: No original, “con amore”, em italiano.

direito histórico, ou seja, pelo direito do passado contra aquele do presente, nem pelas necessidades políticas, estratégicas e comerciais, tanto do Estado do qual ela ainda faz parte como dos Estados vizinhos. Mas, por menos que se queira fazer uma obra séria, se quisermos evitar, para muitas pessoas, uma surpresa não só dolorosa como destrutiva para o próprio congresso, será preciso, francamente, declarar que abandonamos, através dele, a política dos Estados, para elevar ao seu lugar a única verdadeira política, ou o direito dos povos, o que dá no mesmo – ou seja, que se decreta a revolução na Europa. O princípio das nacionalidades, uma vez realizado na Europa, levará à morte a Turquia e a Áustria, o reino da Prússia e o império de todas as Rússias. Ele deve matar um por (il.) um, em todas as partes, o sistema da centralização unitária, a burocracia, os corpos privilegiados, os exércitos permanentes, a monarquia, os Estados, para fundar, sobre suas próprias ruínas, o sistema da federação voluntária e livre, inicialmente parcial, em seguida geral, dos povos, seu governo por si próprios, o armamento nacional, a organização democrática da sociedade, e a federação republicana de todas as nações da Europa. Eis o que, em sua lógica rigorosa, significa o princípio das nacionalidades. De outro modo, é somente uma piada de mau gosto, boa para servir de arma envenenada à política peçonhenta de Napoleão III. De outro modo, o princípio da nacionalidade não significa nada, é mais uma frase generosa e sentimental, e só, cada um reconhecendo-o somente enquanto não encosta nos interesses na grandeza exterior de seu próprio país – de outro modo só servirá para produzir desentendimentos fatais e novas discórdias. Mas, ao proclamar o verdadeiro caráter deste princípio, você acredita que reunirá muitas pessoas influentes e sérias neste congresso? Na verdade, de homens sérios só poderá haver ali democratas socialistas e revolucionários, só eles podem sinceramente adotar todas as consequências do princípio da nacionalidade supracitadas. Os liberais monárquicos e constitucionais sinceros, talvez mesmo os republicanos somente políticos e que, por conseguinte, ainda se apegam à ideia do Estado, deverão abster-se. E, até mesmo dentre os democratas revolucionários sérios, muito poucos virão, pois a maior parte, tendo pouca fé na utilidade do barulho vaidoso que seria feito necessariamente num congresso público, preferirão continuar seu trabalho no silêncio e na sombra. A maioria deste congresso será, pois, sempre composta de homens superficiais e levianos, chamando-se liberais, democratas, como queira, desde que se fale deles, pois sua vaidade se dobra a todos os princípios – e de espíões.

6º Por fim, suponhamos até que uma sorte inaudita mantenha afastados do nosso congresso os espíões e os tolos, que só venham homens sérios. Suponhamos que o princípio da nacionalidade tendo sido proclamado afastará, igualmente, todos aqueles que pudessem, por suas pretensões falsamente patrióticas, impedir a aliança das nações, e que ao mesmo tempo não afasta-

ria do congresso os republicanos políticos, nem os monarquistas constitucionais, nem mesmo os partidários da aristocracia e do ultramontanismo, como são, por exemplo, muitos membros da alta nobreza polonesa. Suponha que houvesse no congresso, pela a Polônia, um democrata à maneira de Dementowicz, um outro do estilo Mieroslawski, um terceiro ruteniano, um quarto discípulo de Mazzini como os Poloneses democratas de Londres; a seguir, um aristocrata-ultramontano do partido do príncipe Czartoryski, por exemplo Kalinka. Pela França, um partidário da democracia imperial com as tendências de “l’Opinion Nationale”, um republicano amansado como le Siècle⁹ e como Jules Favre, de um outro lado Ledru Rollin, Louis Blanc, Félix Piat. Você acredita que, para todos estes homens pertencentes a uma mesma nação, mas separados por abismos, haverá a mínima possibilidade de se entender para dar uma opinião em comum e uma voz a seu país? Tenha total certeza que encherão o congresso com seu dissenso e suas recriminações interiores. E seria necessariamente a mesma coisa para os representantes de todos os outros países, para os alemães, principalmente, que se distinguem, entre todos, por sua arte de jogar lama uns nos outros¹⁰ – de tudo isto resultaria, infalivelmente, que as aristocracias de um país procuraram os aristocratas de todos os outros países, os constitucionalistas monárquicos fariam o mesmo, os republicanos políticos também, e os democratas socialistas revolucionários imitariam necessariamente o exemplo de todos. De maneira que, no lugar de um congresso, teríamos logo quatro, no mínimo, de cores e com tendências absolutamente diferentes.

Concluo a partir de tudo isto que um congresso público pode ser útil como balão de ensaio, como um meio de tatear a opinião pública da Europa e, talvez, também como uma demonstração, mas que esperar dele o começo prático duma aliança séria dos povos seria enganar-se singularmente.

Creio ter provado suficientemente que, em vista da potência crescente da Reação e dos perigos que ameaçam a liberdade na Europa, tal aliança é absolutamente necessária. Creio ter igualmente demonstrado que tal aliança nunca poderá sair nem de um congresso público composto de membros eleitos publicamente por corpos políticos organizados em cada país, como os parlamentos, ou até mesmo sua associação e seu comitê escandinavo, por exemplo, nem de membros voluntários, vindos, sem serem eleitos, de todas as partes da Europa.

9 NT: No original, *comme le "Siècle et comme Jules Favre*. Provavelmente as aspas deveriam ter sido colocadas da seguinte forma: “le Siècle” (“O Século”), jornal que expressava as visões de setores monarquistas, “l’Opinion Nationale” também é um nome de periódico.

10 NT: Optou-se por fazer uma tradução mais ou menos literal da expressão idiomática “se jeter de la boue” porque não foi encontrada outra que contemplasse todos os seus sentidos, e por ser de fácil compreensão.

Tal aliança nunca poderá ser formada a não ser em segredo. Feita publicamente, às vistas de todos, produziria palavras, e não ações – e contra a Santa Aliança, precisa-se de ações. Nenhum homem consentiria conspirar em público, com estrangeiros ainda por cima, contra o Estado do qual ele é súdito. Ele se comprometeria inutilmente e não serviria nenhuma causa, pois todos os seus projetos traídos pela publicidade seriam sufocados em seu próprio nascimento pelos governos, cujos meios de ação são sempre superiores aos nossos. O segredo é, assim, indispensável.

Mas não somente o segredo; para que tal aliança se torne possível, é preciso que os homens que a formam tenham convicções filosóficas, religiosas, políticas e sociais mais ou menos, ou, se é que é possível, totalmente iguais. De outra forma, não concordariam jamais, e se, apesar das diferenças que os separam, eles conseguissem até, através de sacrifícios mútuos, formar uma união temporária, sua união seria dissolvida infalivelmente antes mesmo que seu objetivo fosse atingido. A história está aí para nos provar por mil exemplos a inutilidade, digo mais, a nocividade de uniões formadas por elementos heterogêneos. O egoísmo, a vaidade e a tolice dos homens já tornam difícil toda união séria e durável entre homens de opiniões idênticas. Junte a isto a diferença dos interesses e das ideias, e sua aliança não durará nem seis meses. Junte a isto, acima de tudo, o ceticismo doentio e blasé que encontra com um sorriso irônico e amargo qualquer empreendimento generoso, a indiferença que sucede tão frequentemente nos homens uma exaltação e uma empolgação momentâneas, o desgosto que é o resultado comum de um contato íntimo demais com os homens, cada um com suas grandes ou pequenas fraquezas – doenças corriqueiras, porém terríveis, e que roem pela raiz toda grande ação, doenças que só podem ser vencidas por uma convicção séria, profunda, e por assim dizer, religiosa, só por uma perseverança calma no exterior, mas apaixonada no interior. E você dirá comigo que, para produzir uma aliança dos povos eficaz e real, é preciso começar em segredo, e que em seguida e acima de tudo, é preciso dar-lhe por base um grande princípio idêntico, largo e elevado o bastante para tornar-se, para os homens que o reconhecem, uma espécie de religião, para dar-lhes uma fé forte o bastante para lutar contra as dificuldades, os obstáculos e os desgostos diários, e para inspirar-lhes o sacrifício de sua vaidade e de seus interesses.

II – AGORA, QUAL SERÁ ESTE PRINCÍPIO?

O mundo está, mais do que nunca, dividido entre dois sistemas eternamente opostos: o princípio teológico e o princípio humanitário, o da autoridade, e o da liberdade. O velho sistema parte desta ideia fundamental que a humanidade é má para si própria, e que, para reconhecer a verdade, ela precisa de revelação divina, para reconhecer a justiça, leis divinas, e, para observá-

las, de autoridades e instituições divinas (il.), ao mesmo tempo religiosas e políticas, da *Igreja* e do *Estado*. O princípio teológico, em suas duas realizações diferentes, paralelas, mas ligadas uma à outra de maneira invencível, a Igreja e o Estado, funda-se essencialmente no desprezo pela humanidade, da qual proclama altamente a incompetência, a inferioridade, a indignidade, resumindo, a nulidade, não somente frente a Deus, mas também frente a todos os missionários e representantes privilegiados da justiça, ou melhor, da graça divina, frente a todas as autoridades estabelecidas: sacerdotes, príncipes, nobreza, Doutores da ciência, aristocratas do capital, forças armadas, polícia, magistrados, burocratas, espiões, carcereiros e carrascos.

Contra este princípio misantropo e divino da autoridade, elevamos o grande princípio revolucionário da liberdade, da dignidade e dos direitos humanos.

Acreditamos que, se o homem se mostra muitas vezes mau e estúpido, ele não deixa, entretanto, de ser capaz de inteligência e bondade. Que ele deve a maior parte de seus vícios e de sua demência precisamente à educação religiosa que ele recebe há muitos séculos, à falta duma educação racional e viril, e, acima de tudo, à monstruosa injustiça que reinou absoluta no mundo até hoje, e à desigualdade não menos monstruosa das condições sociais – numa palavra, à opressão sistemática do trabalho, que é a única fonte do direito e o único título de verdadeira nobreza para o homem, pelo privilégio e pelo capital

Acreditamos que, fora de qualquer intervenção divina, existe no próprio homem um estimulante e uma força interior invencíveis¹¹, sua própria essência e a sua própria natureza, que através das eras e os séculos, o fazem andar necessariamente em direção à verdade e ao bem, e que, para chegar a estes, ele não precisa, por conseguinte, nem da revelação, nem da tutela divinas.

Acreditamos que todas as religiões passadas e presentes foram tanto revelações progressivas e historicamente necessárias não da Divindade, mas da própria Humanidade, das próprias consciência e inteligência humanas. Nestes tempos remotos onde a inteligência ainda pouco desenvolvida do homem agia muito mais como imaginação que como razão pura, ele não atingia a compreensão (il.) sucessiva da terra e de si próprio a não ser por uma teologia fictícia. Cada povo e cada época criaram um Deus à sua imagem. Tal Deus, e tal tempo, e tal povo. Deus era e ainda é o homem refletindo-se na sua mais pura essência, no seu ideal: é a reverberação da humanidade num céu imaginário. Cada nova religião foi, assim, ao mesmo tempo um ato de força e de fraqueza, um progresso e uma estagnação. Alargando o seu ideal, sua

11 NT: No original, “un stimulant et une force intérieure invincibles”. O termo “stimulant” não se refere a nenhuma outra palavra.

representação de si própria através e sob a forma de uma nova religião, aperfeiçoando seu Deus, a humanidade fazia prova de potência. Mas ela revelava ao mesmo tempo sua fraqueza, transportando para fora de si, para as regiões celestes, este Deus, sua própria criação. Ela não ousava ainda reconhecer-se e apropriar-se de seu próprio bem e de sua obra. Ela divinizava sua própria natureza, sua própria essência e, prosternando-se frente a si própria no céu, desprezava-se sobre a terra. Suas próprias virtudes, suas próprias claridades e potência, ela as dava ao seu Deus, reservando para si somente a impotência, a ignorância e a miséria: incapaz de conduzir-se por si próprio, carente da tutela divina e condenado, por conseguinte, a uma infância e a uma dependência eternas nesta terra.

Tal é a base séria de toda religião séria, sem uma só exceção. É também a doutrina substancial de todas as confissões cristãs, com só uma exceção: o racionalismo que, além disso, é mais um sistema ruim e incompleto de filosofia do que uma religião.

Não ensinam todas as doutrinas cristãs, com efeito, que só Deus é verdadeiro, justo e potente; que o homem é nulo frente a ele, que ele é decaído e que todas as gerações nascem golpeadas pela maldição divina, à qual elas só se podem subtrair pelo milagre da redenção divina? Que, mesmo depois deste milagre, o homem não está ainda definitivamente salvo, nem tornando novamente bom nem justo, nem verdadeiro. O divino sacrifício dá-lhe somente o meio de salvação, e não a salvação. Cada homem que nasce leva consigo o estigma do pecado original e só pode ser lavado pelas águas do batismo. Então ele fica puro, um instante; mas é só um instante imperceptível. O demônio abatido se levanta novamente, e recomeça no espírito e no coração do homem, criança, adolescente, (il.) viril, velho, até o último momento da morte, sua luta eterna contra Deus. Para triunfar sobre o demônio, o homem renovado e reconciliado com Deus pela redenção do Cristo e pelo batismo, pode contar agora com suas próprias forças. De jeito nenhum. Ele não conseguiria nem fazer nada de bom, nem entender a verdade, nem amar a justiça, sem a graça especial de Deus, de quem precisara todo dia, a todo instante, até seu suspiro derradeiro. E, infelizmente, como diz a Santa Escritura: “Muitos são chamados, mas poucos são escolhidos”. A graça divina é arbitrária, caprichosa, sempre incompreensível e geralmente até contrária à razão humana: é por isso que seus mistérios são impenetráveis. É uma loteria com muito poucos Números ganhadores e na qual, façamos o que façamos e por mais justos e bons que tentemos ser, ninguém, até o último momento, pode ter certeza de seu prêmio.

Mas como chegar a esta graça? Há duas respostas a isto: uma católica, outra protestante. A solução católica é conhecida. Esta doutrina só reconhece um único representante, médium privilegiado e dispensador único da gra-

ça divina, é a Igreja Católica Romana: revelação contínua e viva da vontade de Deus sobre a terra, somente ela é capaz de apoiar o homem em suas lutas cotidianas contra o demônio tentador e de fazê-lo triunfar; e todo homem que fica em seu seio, membro dócil do rebanho católico, deixando-se governar e conduzir por ela até o último momento de sua vida, é salvo.

Sabe-se quais são as consequências morais, intelectuais, políticas e sociais desta doutrina. É a morte para a inteligência, a morte para a vontade – em uma palavra, é a escravidão. É o governo absoluto da sociedade pelos padres, primeiramente, depois pela realeza consagrada e abençoada pela igreja, pelas classes nobiliárias fracas privilegiadas e interessadas (il.) enfim pelas delegações de toda sorte; ao mesmo tempo divinas e reais: ministros, administradores, magistrados, oficiais do exército e da polícia, todos instituídos a partir de cima e todos exigindo das massas populares uma obediência absoluta; pela razão que todo poder estabelecido vem de Deus, e ainda porque o homem, em vez de procurar, nesta terra, uma felicidade, uma igualdade, uma justiça e uma liberdade impossíveis, deve, ao contrário, sofrer aqui em baixo, humilhar-se e fazer penitência, para merecer a glória celeste. Tal é, na sua pureza, a verdadeira doutrina política e social do catolicismo, e apesar de, nos dias atuais, a igreja romana, abatida por tempestades, ter parecido querer por momentos reconciliar-se com o liberalismo moderno, talvez até com a república e a democracia, nada foi, de sua parte, além de uma prudente concessão ao triste espírito do século que foi preciso adular e enganar, para recuperar um poder perdido sobre ele.

A doutrina protestante seria mais liberal? Seria um grande erro acreditar nisto. Partindo do mesmo princípio fundamental do cristianismo da perdição humana e da redenção divina, por vias, é verdade, diferentes, ela chega necessariamente a consequências, se não totalmente idênticas, pelo menos semelhantes. Para o protestantismo, assim como para o catolicismo, o arbitrário divino e seu corolário necessário, a escravidão humana, são a base de toda verdade. É incontestável que o protestantismo, libertando o homem do jugo aparente da igreja, deu a cada um a liberdade e a responsabilidade de sua consciência individual; de maneira que, para adquirir a graça necessária à salvação, ninguém precisa mais da mediação humana e visível. Só existe, para todos, um único mediador: é o Cristo, sempre presente entre nós, apesar de invisível, e para salvar sua alma, cada um, no segredo de sua consciência, pode e deve acertar-se com ele sozinho, fora de toda intervenção clerical. Atualmente, tornando-se a salvação um negócio totalmente individual entre o homem isolado e Deus, sem outra testemunha além do Cristo, a igreja cai e parece que deve arrastar, em sua queda, todo o andaime do triplo despotismo dos padres, dos reis e dos nobres. O protestantismo fez a humanidade, incontestavelmente, dar um grande passo em direção à sua emancipação

política e social ao mesmo tempo, e o primeiro impulso sério do republicanismo democrático na história moderna data dele. Ele fortificou as liberdades nacionais da Suíça, deu à luz a Holanda, inspirou os presbiterianos e os puritanos da Escócia e da Inglaterra e criou os Estados Unidos da América do Norte. Não se deve concluir, entretanto, que algum dia ele tenha querido realizar este progresso, que foi sua consequência histórica necessária, independente de seu dogma e mais contrário do que conforme à sua vontade. Ele fundou, sem dúvida, a independência do homem contra os homens e das nações contra as pretensões despóticas dos papas. Ele nos trouxe, sem querer e unicamente por causa de sua revolta contra a igreja romana, o começo da liberdade exterior; mas, em compensação, negou deliberadamente a liberdade interior, aquela do homem frente a si mesmo e a Deus. Ele transformou, por assim dizer, em escravidão interior a escravidão exterior recomendada pelo catolicismo – e descobriremos mais tarde que esta escravidão interior, reagindo, por uma consequência natural, contra o primeiro movimento de independência individual e nacional, que o primeiro período do protestantismo, principalmente, indicou, tende a estabelecer hoje, entre nós, um absolutismo político e social não menos radical que aquele que nasceu na religião católica. Em todos os países da Europa, onde o protestantismo leva a religião a sério, ele alia-se com a igreja católica romana contra os direitos do homem, contra a liberdade, contra a humanidade. Ficamos surpresos, nós o acusamos frequentemente de trair seu princípio, enquanto que, ao contrário, nunca ele lhe foi tão fiel.

O homem, livre em relação a seu próximo, é o escravo de Deus. Tal é seu princípio fundamental. Igual a todos no pecado, todo homem deve sentir-se, frente a Deus, abatido por uma indignidade absoluta. Para sair deste estado de abjeção, não há para ele outro meio além da graça. Desgraçado será se procurar sua dignidade e sua salvação em suas obras, em seus nobres esforços ou em seu próprio mérito: tanto no desenvolvimento de sua inteligência quanto na humanidade ou a justiça de seus atos, em sua dignidade moral, sua virtude. Querer tornar-se algo de bom por si próprio! Mas é o cúmulo da loucura e a ilusão de um orgulho satânico, é uma revolta e uma blasfêmia contra Deus! O homem só pode glorificar a Deus conspurcando-se, e para achar em Deus sua própria honra, deve desprezar-se em si próprio. Mas um desprezo tão constante e tão radical de si próprio não acabaria engendrando a infâmia?

Imagine-se uma sociedade organizada segundo os princípios puros do protestantismo. Seria uma sociedade de homens cheios de desprezo tanto por si próprios quanto pelos outros, e cuja única preocupação séria na vida seria a salvação das próprias almas, cada um ficando isolado com Deus em seu foro interior, e só se comunicando com os outros na medida em que isto fosse necessário à sua própria salvação. É a religião do santo egoísmo: “Cada

um por si e Deus por todos” – frase cara aos burgueses de todos os países e que talvez explique a espécie de solidariedade que sempre existiu entre a burguesia e o protestantismo. No seio desta sociedade, os laços naturais da família deveriam dissolver-se. Pois não se saberia amar o que se despreza, e toda ternura carnal, puramente humana e que, principalmente, não tem Deus por objeto, sendo um pecado, não se amaria mais o próximo, nem seu pai e sua mãe, seu irmão e sua irmã, nem sua esposa, nem mesmo seus filhos por si próprios: seriam amados somente pelo amor de Deus. Seria da mesma forma com todas as virtudes e qualidades naturais do homem: beleza, graça, inteligência, força moral, patriotismo, dedicação heroica, nobreza de caráter, dignidade – tudo isto é menos que nada frente à divina Majestade, e, a menos que fizéssemos sacrifício a Deus, tudo isto, enchendo de orgulho o coração do homem, deve perdê-lo. A abnegação do homem pelo homem não é nada, a imolação de si e dos outros em Deus é a única que tem mérito. O ideal do protestantismo é Abraão querendo matar seu filho pela maior glória do Mestre celestial.

Numa tal sociedade, não haveria, pois, nem humana solidariedade, nem humana ternura, nem humana razão, nem humana justiça, nem humano dever, nem humano respeito. Só haveria fanático egoísmo e mútuo desprezo¹², e no meio desta decadência geral, desta igualdade na lama, só haveria uma distinção; a de ser escolhido e tocado pela graça divina. Mas o bom Deus, como todos os déspotas, ri tanto da razão quanto do gosto e da justiça humanas, e, como eles, escolhe, em geral, seus eleitos, não entre aqueles que nos parecem mais merecedores, mas entre aqueles que se mais se distinguem pelo desprezo de si mesmo e dos outros, ou seja, entre os mais infames, na nossa opinião. Tais são os santos, que, segundo a ideia protestante, deveriam conduzir a humana espécie. Seria, numa sociedade de escravos degradados, o reino dos hipócritas, dos impostores e dos tolos.

Para a felicidade do mundo, o protestantismo consequente e puro é uma doutrina anti-social demais e anti-humana demais para poder algum dia encontrar uma realização algo completa. A sociedade humana preexiste a toda teoria; ela tem sua natureza, suas exigências, seu instinto de conservação, suas leis indiretas e suas condições de existência, às quais ela não saberia renunciar sem se destruir. Todas as ideias religiosas e filosóficas, políticas e sociais que se seguiram, no mundo, foram, da mesma forma, expressões das diferentes fases de seu desenvolvimento histórico. Todas, consequentemente, encontraram na humana sociedade sua justificação e sua razão de ser. Mas nenhuma, até aqui, exauriu, nem soube exprimir sua natureza completa, a plenitude de

12 NT: No original, os adjetivos e substantivos também estão invertidos em relação à norma geral.

seu ser. Em comparação desta riqueza natural, inesgotável, todas estas ideias aparecem, pois, como abstrações, em mesmo número, e isto explica o duplo papel que elas desempenham no mundo. Quando nasce, cada ideia nova é um progresso. Mas como ela não é, ao mesmo tempo, mais que uma expressão incompleta e parcial da natureza infinitamente rica e complexa da sociedade, quando ela pretende encarnar-se totalmente nesta e destruir tudo o que lhe é contrário, a sociedade resiste, obstina-se, revolta-se e a ideia antes progressiva, não conseguindo deitá-la em seu leito de Procusto, nem a petrificá-la em suas formas, e persistindo mesmo assim na imposição pela violência, transforma-se por sua vez numa fonte de reação. Mas é em vão, pois a sociedade, mais cedo ou mais tarde, deverá sempre sair vitoriosa desta luta.

Foi uma grande felicidade, também, para a humanidade, o fato de o protestantismo ter nascido após a Renascença. Esta tinha reacendido no mundo o gênio da ciência livre, o culto do belo, a pura humanidade – um gênio potente demais para que todo o fanatismo das seitas protestantes o pudesse vencer algum dia. Ele sempre serviu de antídoto para estas. Enfim, por mais sombria, intolerante e antiliberal que tenha sido o pensamento dominante do protestantismo, ele contribuiu muito, sem querer, à emancipação do espírito individual de cada um, ao libertá-lo do jugo da igreja e ao torná-lo, de algum modo, juiz independente de sua religião. É verdade que ele logo se apressou para circunscrever esta liberdade nos limites da Bíblia. Mas, uma vez que pegou embalo, com a ajuda da exegese, da filologia e do estudo das belas letras, da filosofia e da história, o espírito não se deixou mais prender, e, caminhando passo a passo em direção à sua libertação completa, criou primeiro o racionalismo, depois a filosofia, e, por fim, fez a revolução. Enfim, é preciso acrescentar que os ciúmes do poder monárquico nos países exclusivamente monárquicos, e, nos países mais livres, como a Escócia, a Inglaterra e como as repúblicas da Suíça e dos Estados Unidos, a rivalidade mútua das seitas, nunca permitiram à nova hierarquia dos santos estabelecer-se no mundo de uma maneira durável e introduzir nele uma tirania mais sistemática, mais completa que aquela do próprio catolicismo.

Eis as causas únicas do que se chama falsamente de humanidade, o bom senso e a tolerância comparativas do protestantismo. Elas estão e sempre estiveram nas condições exteriores que o incomodam, não em sua doutrina. Ele queimou, torturou e chicoteou os hereges tanto quanto o catolicismo. Abra Macaulay, você achará, em sua História da Inglaterra, as provas desta tolerância protestante no século XVII. Você achará a mesma coisa na América com o nascimento dos Estados Unidos, na história dos Países Baixos e da Suíça. Lembre-se como Lutero e o doce Melancton pregaram aos príncipes e à nobreza amedrontada da Alemanha a destruição e a carnificina contra os camponeses revoltados. É sempre a mesma doçura evangélica, o mesmo

gosto de sangue teológico, a mesma divina crueldade para a maior glória de Deus, entre os protestantes, como entre os Jesuítas, seus adversários implacáveis e, ao mesmo tempo, seus amigos apesar de tudo. Porque, no fundo, uns e outros, com palavras diferentes, querem precisamente a mesma coisa: o absolutismo, a escravidão, a degradação da humanidade. Será em vão, nos dias atuais, a declaração da maioria, em todos os países, do clero protestante ao papa que, por toda parte, ela é aliada da reação, que em todos os lugares ela se opõe à abolição da pena de morte? Não me fale, pois, da existência de um número bastante grande de pastores protestantes que são modelos de humanidade, de inteligência e de liberalismo. Estes pastores excepcionais são homens excelentes, porém maus cristãos, inconsequentes, ilógicos, infieis ao seu dogma, eles possuem todas estas virtudes anti-cristãs não por serem pastores, mas apesar disto. O que eles têm de bom pertence somente a eles e ao século, mas o que os impede de serem totalmente bons vem do cristianismo. Pois o cristianismo, como eu acabo de provar, é a negação absoluta e sistemática da moralidade, da dignidade, da caridade, dos direitos e dos deveres do homem.

O que estou dizendo sobre o cristianismo aplica-se a qualquer religião, porém mais ao cristianismo que a qualquer outra, pois é a mais completa, a mais perfeita e, sem dúvida, a última religião, a última no sentido divino e celeste, sem dúvida, pois só há uma fé e uma religião terrestres, fonte misteriosa e única de todas as religiões celestes, que sobreviverá a estas e que só morrerá com o homem. Mas no sentido corriqueiro e atual desta palavra, quem fala sobre religião, fala sobre empobrecimento da terra para o céu – e quem transporta a realização dos destinos humanos para o céu, condena necessariamente a terra e, com ela, o homem vivo e real, à degradação, à miséria e à escravidão.

Segundo minha profunda convicção, a todas as religiões divinas deve suceder o socialismo, que, tomado no sentido religioso, é a fé na realização dos destinos humanos sobre a terra.

A grande revolução de 1789 e de 1793 declarou, contra o cristianismo, que a humanidade não é nem burra, nem má, nem condenada a uma miséria e a uma escravidão perpétuas, que ela é capaz de organizar-se por si própria, e que, para governar-se, não precisa mais da tutela de Deus, nem de seus profetas e ministros. Ela proclamou a dignidade do homem e seu direito à liberdade. No lugar do símbolo de Niceia, ela pôs simplesmente estas três palavras: Liberdade, Igualdade, Fraternidade, símbolo fecundo que contém todo o futuro, toda a nobreza e toda a felicidade da humanidade. É uma nova religião, é a religião terrestre do gênero humano, oposta à religião celeste da Divindade. É ao mesmo tempo a realização e a negação radical do cristianismo.

Creio ter provado que o cristianismo é padrinho do privilégio e do poder político absoluto. Ele não os criou, mas os consagrou. Ele os encontrou prontos na civilização antiga, e os transformou para servir-se deles. Segundo a ideia religiosa de todos os tempos, e principalmente segundo aquela do cristianismo, o homem, incapaz de chegar à verdade por si próprio, incapaz de encontrar a justiça e ainda menos capaz de realizá-la por si próprio, incapaz de se organizar, de se governar, de estabelecer e conservar a ordem pública e agir pelo bem¹³ por si só – o homem precisa, para a verdade, de legislação divina, para a reconciliação com Deus, da igreja, e para a criação e a salvação¹⁴ da ordem pública e social, do Estado. O Estado é, pois, uma instituição divina. Todos os reis cristãos, protestantes e católicos, são reis pela graça de Deus. Seus órgãos, seus agentes, seus ministros recebem deles, por transmissão, uma missão divina. O Estado instituído pelo próprio Deus para reger, organizar e governar a humana Sociedade, é naturalmente superior a esta – ele não é seu servo, mas seu mestre. Ele tem uma razão à parte, elevada acima da razão humana corriqueira, e uma justiça à parte que faz de sua conservação e de seu egoísmo uma lei, justiça que é, em geral, oposta à consciência humana. Este pensamento superior e esta justiça de exceção se chamam razão de Estado. Frente a esta razão transcendente, irracional, a razão individual deve-se dobrar, assim como, frente à ordem estabelecida pelo Estado, ou seja, pelo próprio Deus, a liberdade deve-se calar. A ordem não é o resultado, nem o coroamento da liberdade de cada um e de todos, mas, ao contrário, sua negação, e pelo menos sua limitação. Abandonada a si própria, a liberdade só produziria anarquia, então é preciso acorrentá-la, coagi-la, para submetê-la à razão de Estado e à ordem pública. Um Estado realmente cristão não deveria, assim, sofrer nenhuma liberdade. Querer ser livre, feliz, pretender a direitos sobre esta terra, é revoltar-se contra Deus, pois Deus nos fixou esta terra como lugar de expiação, não de gozo, como lugar de resignação e provação, não de dignidade e direito. Mas, por causa da perversidade dos homens e de seu espírito de revolta, bem que foi preciso fazer concessões. Foi assim que nasceu o regime bastardo, misto de realeza constitucional que está para a monarquia pura como o protestantismo está para a religião católica. É uma aliança ilógica e, a longo prazo, praticamente impossível entre elementos que são opostos demais e exclusivos demais um do outro para poderem conciliar-se por muito tempo. É a justaposição mais ou menos hipócrita da razão de Estado e do direito, da autoridade e da liberdade. E como o protestantismo proclama com o evangelho “que há muitos chamados, mas muito poucos escolhidos”, da mesma forma o Estado constitucional reconhece a todo mundo o direito de ser livre, mas só realiza esta

13 NT: No original, “marcher au bien”.

14 NT: “Salut”, salvação divina, mas, no caso, parece indicar também “manutenção”.

liberdade pra um número comparativamente mínimo de privilegiados. Os privilegiados são os proprietários da terra e do capital: a nobreza, a burguesia, os camponeses, até, enquanto forem proprietários; em seguida a burocracia, o corpo da magistratura, o corpo dos sábios, o clero. Embaixo encontra-se, sem privilégios, sem luzes e sem direito, o povo imenso dos trabalhadores. Nos Estados constitucionais, que, por sua natureza são ou tornam-se, mais cedo ou mais tarde, burgueses, como sabemos hoje em toda a Europa, não é o trabalho, mas a propriedade, ou seja, a renda da terra ou do capital, ou seja, a preguiça, que distinguem o homem, revestindo-o do título de cidadão, dando-lhe direitos políticos e a liberdade. O constitucionalismo é o reino da propriedade, o governo do homem pela coisa. Não digo que os proprietários, assim como os privilegiados da religião, da ciência e da burocracia não trabalhem também, e às vezes até muito, mas seu trabalho, graças à sua posição privilegiada, lhes rende muito mais que aquele do trabalhador deserdado das massas populares, e eles ocupam sua alta posição política e social não por causa de seu trabalho, mas por causa da possibilidade de viver sem trabalhar, que cada um deles possui. A faculdade de não fazer nada, a renda, produto fictício de um capital e uma terra que, abandonados a si próprios, sem trabalho, não produzem absolutamente nada: tal é o símbolo distintivo do cidadão sob o regime constitucional. É a exploração sistemática e a sujeição do trabalho pela propriedade e pelo capital. É ainda a antiga maldição de Deus-Sabaoth que pesa sobre o trabalho humano degradado.

Sob o regime constitucional, e segundo a ideia do liberalismo moderno, as grandes massas populares são condenadas a uma miséria e a uma servidão sem saída. É sem dúvida possível que um trabalhador plebeu entre mil consiga, através de uma perseverança heroica e de gênio, quebrar a barreira invisível, porém pesada, que o separa das classes privilegiadas. Então, tornando-se ele mesmo um privilegiado, virará as costas aos seus alguns milhões de irmãos abandonados – será transformado num burguês e explorador por sua vez, é só isto. O estado das massas populares não mudará, ele não pode, ele não deve mudar nunca – pois sua servidão, seu trabalho quase forçado pela miséria, é uma condição absoluta do lazer, da cultura intelectual e moral, da liberdade de um pequeno número. Tal é, em sua franqueza, a ideia fundamental do constitucionalismo aristocrático e burguês. Malthus e os economistas liberais o explicaram suficientemente nos dias atuais.

Mas, para as massas fatalmente condenadas a este trágico e vergonhoso destino, é preciso, ao mesmo tempo, um consolo e um freio. O freio é o poder forte e que é tão constitucional que sempre está a ponto de tornar-se um poder despótico, com o assentimento da própria burguesia - tivemos um exemplo na França – todas as vezes que as paixões democráticas acordam no povo e ameaçam atralhar os lazes dos privilegiados. O consolo é o

catecismo cristão, veneno corrosivo porém lento, que obstrui a inteligência, irrita a vontade do homem, e mata nele, pouco a pouco, a energia e a dignidade morais. É a divina religião que prega a paciência, a submissão, a resignação e a renúncia sobre esta terra, tendo em vista as recompensas celestiais. A fatalidade econômica, política e social, não permitindo fazer, destes inúmeros indivíduos que formam as massas populares, homens, quer-se fazer deles santos, correndo até o risco de vê-los ocupar os lugares superiores e privilegiados no céu, a condição que permaneçam tranquilamente inferiores nesta terra. E a crença cristã na imortalidade da alma tornou-se, por isto mesmo, mais que uma crença religiosa, mas uma doutrina obrigatória, oficial, contra a qual revoltar-se é mais que um pecado, mas quase um crime político. A imortalidade da alma tornou-se uma instituição política, e vimos na França, sob o reino de Luís Filipe, um procurador do Rei perseguir, e um júri composto de burgueses condenar um escrivão, só porque este tinha ousado, numa brochura popular, emitir uma dúvida sobre a possibilidade de uma outra vida neste céu.

Tive, pois, razão em dizer que a Revolução proclamou uma nova religião, a verdadeira religião, não celestial, mas terrestre, não divina, mas humanitária – aquela da realização dos destinos humanos na terra.

Ela proclamou, e nós acreditamos, com ela, que o homem, para reconhecer a verdade, só precisa do único instrumento que possui, a inteligência humana – pois a consciência humana é mãe única da justiça – e que só pode realizar esta justiça através de sua liberdade.

A liberdade! Nada além da liberdade, toda a liberdade para cada um e para todos – eis nossa moral e nossa única religião. A liberdade é o símbolo do homem, é o que o distingue do bruto, é nele e para ele a única prova de sua humanidade. Os homens começam como os brutos, devoram-se mutuamente. Depois se sujeitam mutuamente. Enfim se reconhecem como irmãos, respeitam-se e se amam em sua mútua liberdade. Esta longa e sucessiva transição da escravidão à liberdade, à grande, à perfeita, à real liberdade - eis aí todo o sentido da história. Ser livre é o direito, o dever, toda a dignidade, toda a felicidade, toda a missão do homem. É a realização de seu destino. Ser incapaz de liberdade é ser incapaz de humanidade. Privar um homem de sua liberdade e dos meios de realizá-la e gozar dela, é mais que um homicídio, é um humanicídio – e a maior, a única moral é a seguinte: seja livre, e não se contente só de sofrer, mas respeite, ame, facilite a liberdade de seu próximo, pois ela é a condição sine qua non da sua.

A liberdade de um é necessariamente solidária da liberdade de todos, e Jean-Jacques Rousseau e muita gente depois dele estão muito errados ao pretender que a liberdade de cada homem é limitada por aquela de todos os outros. Desta maneira, a ordem que se estabelece entre os homens aparece

como uma espécie de contrato social, pelo qual cada um renuncia a uma parte de sua liberdade, em proveito de todos, ou seja, em proveito da comunidade, para garantir a parte restante, e o Estado, representante do interesse geral, surge daí não como confirmação, mas como negação, ou, se preferir, a limitação da liberdade individual de cada um, em proveito da comunidade inteira. Neste sistema filosófico, assim como no sistema teológico, do qual, aliás, procede diretamente, o Estado aparece, pois, sempre como algo superior e transcendente à liberdade individual, frente à qual ele se posiciona como mestre – porém, desta vez, não por direito divino, mas somente em nome do interesse geral, como se o interesse de todos pudesse consistir na negação da liberdade de cada um. No fundo, é, sob outra forma e com outras palavras, a mesma antiga oposição do direito transcendente, superior, divino, com o direito individual – a mesma sujeição do indivíduo à razão de Estado. Esta coincidência singular entre a teoria política de Rousseau e aquela relativa à doutrina cristã provém daquilo que, sem dizê-lo e sem admiti-lo para si mesmo, encara natureza humana e da liberdade do indivíduo como más por si sós, pelo menos em parte, já que precisam abandonar esta parte a fim de poder-se conformar à lei universal e moral. Esta parte é, sem a menor dúvida, a parte bestial no homem, mas por que identificar a liberdade com a bestialidade? Ao fazer o sacrifício desta, sacrifica o homem uma parte de sua liberdade, e faz o homem este sacrifício pelos outros, e não por sua própria liberdade que só se pode criar sobre as ruínas de sua bestialidade? O homem começa sua carreira histórica como besta feroz, e a acaba como homem. Ele não é livre em seu estado de bestialidade feroz. Nó máximo, poderíamos dizer dele – que é naturalmente independente, como nem mais nem menos que as outras bestas selvagens, cuja independência, entretanto, é naturalmente limitada, tanto pela natureza exterior que as envolve e comprime por todos os lados, tanto como por esta lei de solidariedade mútua que é inerente a tudo o que vive e que respira na natureza. Em seu estado primitivo, do qual os insulares mais afastados da Oceania ainda nos podem dar uma ideia imperfeita, nesta selvageria primitiva onde o homem come o homem, o homem não pode sacrificar nenhuma parte de sua liberdade, pois não existe ainda uma parcela; e ele não pode fazer contrato, porque todo contrato supõe a razão, e que ele ainda não tem sua razão. A sociedade humana é anterior ao despertar da inteligência e da vontade livre. O homem é, instintiva e fatalmente, um ser social, e nasce na sociedade assim como a formiga, a abelha, o castor (il.). Há nele, como há em seus irmãos inferiores, ou seja, como em todos os animais selvagens, uma lei inerente de solidariedade natural que faz com que as tribos mais primitivas fiquem juntas e se ajudem entre si, e se governem por uma espécie de lei natural. O homem só tem um traço que o distingue dos outros animais, mas é um traço imenso, infinito, é a razão, é essa potência de sair dos limites estreitos do mundo que o envolve, de si mesmo, e abraçar,

imaginar e conceber o Universal. É a única razão pela qual o homem não pode ficar em seu estado primitivo, selvagem, e, pela consciência sucessiva de si mesmo, pelo desenvolvimento progressivo de sua inteligência, ele cria para si uma segunda natureza, a humanidade, a liberdade. É a única causa pela qual seu instinto de solidariedade natural se transforma em consciência e esta, por sua vez, cria a justiça. É por isto que o labor instintivo, rotineiro e monótono do animal transforma-se, para ele, em trabalho triunfante e conquistador do mundo. É, enfim, unicamente por isto, que, transformando, por uma sucessão de imensas evoluções e revoluções históricas, a sociedade humana natural em sociedade organizada segundo a inteligência, a justiça e o direito, ele criou sua liberdade. Não se trata, pois, de diminuir a liberdade, é preciso, ao contrário, aumentá-la sempre e sempre, pois, quanto maior a liberdade de todos os homens que compõem a sociedade, mais esta sociedade é humana. O que é necessário restringir, diminuir e matar, é a bestialidade. Mas, aparece aqui a pergunta: como fazer para destruí-la no homem? Nossos adversários teólogos, os partidários do direito divino e de toda sorte de despotismos, diretos ou indiretos, descobertos ou velados, absolutistas ou constitucionais, pretendem que a bestialidade somente se deixa reprimir por uma mão de ferro, pelo culto e pela potência da autoridade e da força. Nós, ao contrário, pensamos, e temos toda a história a nosso favor, que a autoridade e a força, longe de destruir a bestialidade no homem, ao contrário, produzem-na, e que ela só pode ser vencida pela liberdade, que triunfa sobre ela, transformando-a em humanidade. Estamos convencidos de que a ordem na sociedade, longe de ser uma limitação da liberdade dos indivíduos que a compõem, deve, ao contrário, resultar de seu maior desenvolvimento possível e de sua extensão, por assim dizer, infinita. Numa palavra, não é a liberdade que deve ser o ápice. Partindo de uma ordem de coisas, por exemplo, igual àquela que Napoleão estabeleceu na França, você nunca chegará à liberdade, mas, ao contrário, é a ordem <algumas palavras ilegíveis> humano e vivo que coroa e confirma a grande liberdade.

A liberdade não é, pois, a limitação, e sim a confirmação da liberdade de todos. Esta lei de solidariedade, você achará em todas as funções verdadeira e puramente humanas. Veja a inteligência, por exemplo; ela só se desenvolve no indivíduo através da sociedade. Pensar é falar; nem em nós mesmos podemos pensar, a não ser com a ajuda de palavras. Mas você não pode falar, a não ser com um outro, e este outro, quando você pensa em si mesmo, é a sociedade inteira, é o todo o mundo. E perceba que, quanto mais largo for o outro, mais inteligente e esclarecido, mais a língua que serve a si como instrumento para pensar é (il.), e mais o seu próprio pensamento são perfeitas. Ponha, ao seu nascimento, o maior gênio numa ilha inabitada, ele permanecerá um bruto por toda sua vida. Ponha-o lá à idade de 20 anos. Seu

espírito já acordado vai adormecer com o tempo. Ponha-o numa sociedade de idiotas, ou mesmo de homens selvagens, será mais ou menos a mesma coisa. Confine-o numa pequena vila, no meio de bons filisteus, ou de jovens burocratas bebedores de ponche suco; pode-se apostar 100 contra 1 que, depois de muitas revoltas dolorosas, inúteis, seu gênio vai-se ver sufocado. Você vê bem que o maior gênio precisa da inteligência de todo o mundo para realizar a grande possibilidade de inteligência que está nele. É que a própria inteligência se acende com inteligência, mas também, pela mesma lei, ela se apaga sob pressão da tolice. De maneira que a inteligência de cada um aumenta à medida que aumenta a inteligência de todos os outros, e a burrice de um só é, em certa medida, a burrice de todo o mundo.

A mesma lei de solidariedade encontra-se no trabalho. Ela se chama associação e divisão do trabalho. A grande, a maior missão do homem, depois da liberdade, e condição fundamental desta, seu mais belo triunfo, sua felicidade e sua honra, ao mesmo tempo, seu único título de nobreza, é conquistar o mundo exterior, transformando-o, criando-o, por assim dizer, uma segunda vez, através do trabalho. Através do trabalho, o homem torna-se criador. E aí está, novamente, uma diferença enorme, um dos abismos que nos separam dos teólogos: eles amaldiçoam, eles desprezam o trabalho, vendo-o como um símbolo da decadência humana. Nós, ao contrário, bendizemos o trabalho e o reverenciamos acima de tudo, só não acima da liberdade, apesar de o primeiro ser a condição essencial da segunda, pois vemos no trabalho a base única de moralidade, da dignidade e da liberdade do homem. Sozinho, um indivíduo humano, por mais forte que seja, não mudará uma pedra de lugar. Ele poderá até dobrar, triplicar sua força através da força animal, mas será pouca coisa. Para transformar o mundo, a força bestial, por maior que pareça, relativamente, jamais será suficiente – é preciso a força inteligente, ou melhor, força de inteligência, pois não é tanto a força, é mais a inteligência que produz os milagres de força que transformaram nosso mundo. Mas esta força da inteligência, só a encontramos na associação dos homens. Agora, pode haver três tipos de humanas associações: a dos escravos por inteiro, ou a dos semi-escravos, ou aquela dos homens livres. A antiga civilização só conheceu, mais ou menos, a primeira categoria. Bem havia, também, aqui e ali, cultivadores livres – mas como estes estavam isolados, e como não tinham nenhuma noção da potência de uma associação livre, eles tiveram que ceder o terreno, frente à prepotência do trabalho dos escravos associados à força. Não falarei da inferioridade flagrante <algumas palavras ilegíveis> e perfeitamente demonstrada por toda a história, da potência de produção de um trabalho associado dos escravos, em relação à produção do trabalho associado e livre. Acrescentarei, somente, o que todo o mundo sabe: a escravidão mata a boa vontade e a inteligência, por conseguinte ele mata a própria

potência do trabalho. Passo aos semi-escravos. São os operários modernos, os deserdados de nossa civilização tão enaltecida, que ela trata não como seus filhos legítimos, mas como bastardos, e que ela teme, talvez por isto mesmo, como inimigos. São eles que, através de seu trabalho forçado pela fome, produzem todas estas maravilhas de gênio, de indústria e de riqueza, por causa das quais se diz que o nosso século, definitivamente, sentou o homem no trono do mundo, e apesar disto, não lhe é permitido participar de seu usufruto. Eles trabalham para um pequeno número de privilegiados, não para si próprios, então são explorados e escravos, e como, segundo os economistas e outros propagandistas liberais, este tipo de escravidão mascarada é uma condição essencial da liberdade deste pequeno número, não lhes é deixada nem mesmo a esperança de sair de tal escravidão. Partindo deste princípio, é-lhes acordada somente uma pequena parte da inteligência conforme a esta posição inferior à qual foram condenados para sempre, e lhes é recusada a grande inteligência que, despertando aspirações novas entre eles, pudesse revoltá-los. Desta maneira, faz-se mais ou menos aquilo que os exploradores da força brutal dos animais fizeram antes deles: coloca-se, de um lado, para a execução, a força brutal dos operários privados, tanto quanto for possível hoje, de instrução – e do outro lado, a inteligência dos burgueses para inventar, para organizar e para dirigir este trabalho mais ou menos mecânico, brutal e forçado. É assim que o liberalismo moderno compreende a divisão do trabalho. Deixando de lado a questão da justiça, que não vê que, através desta separação iníqua, funesta, imoral, arbitrária, a potência de produção do trabalho coletivo da humanidade, tomada em seu conjunto, e, por conseguinte, também, a riqueza de cada nação em particular, sofrendo consideravelmente, e que o próprio trabalho, esta base única da humana dignidade, esta fonte de riqueza, de potência e de humanidade, está empobrecido, desonrado, degradado. O trabalho só poderá cumprir toda a sua gloriosa missão quando estiver totalmente livre do despotismo, do privilégio, do monopólio, do capital e da propriedade.

Enfim, a liberdade só é justa e completa na solidariedade inteira de cada um de nós. Não há liberdade isolada, ela é, por sua natureza, essencialmente mútua e social. Para que eu seja livre, é preciso que meu direito e minha humanidade sejam reconhecidos, que sua imagem, por assim dizer, me seja remetida, como pela reflexão de um espelho, pela consciência livre de todos os outros. Só posso ser realmente livre no meio de homens tão livres quanto eu. A confirmação de meu direito através do sentimento de um escravo ou até de um homem menos livre que eu, pode e deve dar-me a consciência de meu privilégio, e não de minha liberdade. Mas nada é tão contrário à liberdade quanto o privilégio. E, já que minha liberdade, para ser completa e real, precisa refletir-se na liberdade de todo o mundo, a

existência de um só homem menos livre que eu, atrapalha, mutila, limita e nega minha liberdade. Todo prejuízo contra a liberdade de um único indivíduo, mais do que de uma nação, é um atentado ao meu direito e à minha humanidade.

Esta tripla solidariedade ou fraternidade dos homens na inteligência, no trabalho e na liberdade, constitui a base da democracia – base certamente mais potente e mais larga que a famosa pedra sobre a qual está o trono do soberano pontífice em Roma.

Resulta de tudo isto que a liberdade completa de cada um só é possível na igualdade real de todos. A realização da liberdade na igualdade, eis a justiça.

Não se trata de uma igualdade fictícia, como a que reconhece o direito constitucional, e que se chama igualdade perante a lei, no direito, com a mais monstruosa desigualdade de fato.

Tampouco é esta igualdade absurda dos indivíduos que não é nem possível, nem desejável de forma alguma, pois a infinita variedade e diferença dos tipos, das inteligências e das capacidades, constitui, ao contrário, a riqueza da humana espécie – não é, pois, esta loucura, caluniosamente atribuída aos democratas, para levar sobre eles uma vitória fácil.

A igualdade de que se trata é muito mais séria. Baseada sobre a pura justiça, exige uma organização política e social na qual a liberdade mais larga para cada um e para todos existindo de fato e de direito, cada homem que nasça no mundo possa achar uma possibilidade igual de desenvolver e utilizar as diferentes qualidades, forças e capacidades que a natureza pôs neles. Ou seja, que eu, homem naturalmente besta¹⁵, mas filho de pais ricos e privilegiados, para desenvolver minha pobre inteligência e para começar minha livre carreira, não posso encontrar, no meio social em que estamos, meios e um ponto de partida superiores aos que você encontrará, dotado de uma inteligência superior, mas filho de pais tristes, obscuros e pobres. Cada um, segundo a justiça, devendo ser filho de suas obras, as crianças não devem herdar, nem para o bem, nem para o mal, as distinções, nem a vergonha da riqueza ou da pobreza de seus pais. Os mesmos cuidados e a mesma tutela para a infância e para a adolescência de todos, meios de educação e de instrução iguais para todos, até à maioridade, e que então cada um comece livremente sua carreira e responda por si próprio – que cada um usufrua de sua energia, de sua inteligência, de sua virtude, ou sofra por suas faltas. Não será mais que a pura justiça.

15 NT: “Bête”: “besta”, tanto como sinônimo de “animal” como de “tolo”, mas não de “altivo”.

Consequências deste princípio:

1º) Para que esta justiça seja possível, a abolição do direito de herança torna-se absolutamente necessário. De outro modo, a desigualdade entre os homens e as classes, factícia, injusta, destrutiva da liberdade, permanecerá eterna. E como este direito de herança - direito que não é natural, mas político, talvez até teológico, já que só se torna possível através da sanção e da intervenção do Estado, e que nasceu num tempo em que a idéia bárbara da transmissão hereditária, para o bem e para o mal, era objeto de um culto religioso – como este direito de herança não tem outra razão de ser nem outra legitimação moral afora o desejo e a preocupação naturais, de parte dos pais, de fornecer aos seus filhos os meios para se tornarem homens por sua vez, a partir do momento que a própria comunidade se encarregar igualmente de todas as crianças, acharemos necessário, legítimo, natural, que não mais as crianças, e sim o fundo de educação e de instrução comunal, herde fundos e capitais dos cidadãos mortos.

Não se trata aqui, naturalmente, da pequena propriedade dos cidadãos falecidos, dos móveis e outros objetos da casa, que tanto ficaram marcadas pela personalidade dos pais que pertencem naturalmente aos seus filhos. Os pais mais ricos, por pouco que sejam razoáveis e justos, e que queiram que seus filhos se tornem homens livres, enobrecidos por seu próprio trabalho, e não opressores privilegiados, ficarão felizes com esta disposição que garantirá aos seus filhos uma educação igual à dos outros.

2º Devendo a liberdade ser a base e o princípio de todas as humanas relações, o casamento será livre. Originário de um acordo livre entre dois indivíduos de sexos diferentes – acordo que será feito, naturalmente, à vista do público, pois ninguém terá interesse nem razão de se esconder – o casamento não precisará de sanção do sacerdote, nem do magistrado público – desde que os dois esposos sejam maiores, pois, até à maioridade, os jovens dos dois sexos estarão sob a tutela e sob a autoridade da comuna, e só usufruirão, por conseguinte, de uma liberdade restrita.

Formado livremente, o casamento será dissolvido da mesma forma. Será suficiente a vontade de um dos esposos para que o casamento seja rompido.

Muitos pensam que, uma vez o casamento libertado da sanção religiosa e política que o acorrentam, a família, esta base primordial do Estado, vai-se dissolver, e com ela acabará também toda moralidade nas relações entre os dois sexos, dando lugar a uma depravação e a uma promiscuidade horríveis. Não compartilho nenhum destes temores.

Não há dúvida que a emancipação do casamento dará um golpe mortal, o último golpe, na família patriarcal, teológica e sagrada – verdadeiro embrião-protótipo do Estado teológico e sagrado. Mas não vejo aí nenhum

mal. Esta família foi e ainda continua a ser, mesmo que num grau consideravelmente enfraquecido, a ama de leite de todos os despotismos. A autoridade terrível do pai, do esposo, do irmão mais velho, e em geral dos irmãos sobre as irmãs, e de todos sobre os servidores. Esta solidariedade hierárquica da família, representando, de uma só vez, a aristocracia mais orgulhosa e a monarquia mais absoluta, eis o forte sagrado de toda opressão, de toda igualdade, de todas as injustiças políticas e sociais. Que mal há em que esta fonte do mal desapareça? Ela já tende a desaparecer em todo lugar, hoje. Em princípio, segundo a lei, ela continua mais ou menos a mesma – sempre, com pequenas modificações, esta velha instituição da autoridade patriarcal do pai, do esposo e do irmão – mas os modos mudaram; mas o espírito do século, em todo lugar, mostra-se mais forte que a lei – e a família antiga, patriarcal, este *sanctus sanctorum*¹⁶ do estado centralizador, divino, monárquico, está visivelmente acabando. Os modos atuais, em todos os países, apesar de todas as leis, tendem, evidentemente, à instituição da família livre. A Família, para ser livre, será dissolvida? De forma alguma, a não ser que se pretenda que tenha por origem e por base não uma lei inerente à natureza humana, mas não sei qual mandamento vindo de cima, estranho e contrário a esta natureza. Neste caso, que vá para o diabo, pois o homem só é chamado a realizado a realizar o que é humano.

É sempre a mesma, a antiga questão da autoridade e da liberdade. Nossos adversários pretendem que para organizar, manter, conservar e moralizar a família, é necessária a mão opressiva e potente da autoridade. Nós, ao contrário, rejeitamos esta mão detestável, pois, em nossa opinião, ela embrutece e deprava tanto a família quanto a sociedade – e, já que a família é o produto necessário, espontâneo da natureza humana, estamos firme e profundamente convencidos de que, dando a cada um se seus membros toda a liberdade, firmaremos sua união mútua, à qual daremos, desta forma, toda sua moralidade – pela simples razão que o homem só é moral enquanto for livre.

O mesmo vale para esta corrupção horrorosa e desta promiscuidade ainda mais horrível, com as quais nos ameaçam, no caso de querermos liberar o casamento dos entraves religiosos e civis que o acorrentam. A corrupção já não é horrorosa hoje em dia? Porém, a liberdade no casamento não existe. E, por acaso não é mais horrível a corrupção precisamente onde o divórcio é proibido do que nos países onde o divórcio é permitido? Dirão que a causa principal desta corrupção é o enfraquecimento dos sentimentos religiosos. Mas não foi no próprio nascimento do cristianismo que mulheres pagas abandonavam seus maridos e seguiam maritalmente os propagadores zelosos de santa religião, ao ponto que os Concílios foram forçados a pôr

16 NT: “Sanctum sanctorum”: lugar sagrado.

ordem?¹⁷ E onde poderíamos encontrar mais laços imorais do que nos lugares em que reinam, sem competição, os jesuítas ou os pietistas esmoleiros protestantes?¹⁸ E como é que a divina religião, depois de o próprio bom Deus nela ter-se metido, com seu filho, seus profetas, seus missionários, seus reis, seus carrascos – como é que, depois de um governo absoluto de dezoito séculos, ela tende a fraquejar? Não seria porque é diametralmente oposta à natureza do homem, à sua liberdade e, por conseguinte, também à sua moralidade – porque ela é a negação de toda a moralidade?

Hoje em dia, uma mulher trai seu marido e continua com ele – e, mais frequente ainda, o marido trai a mulher e a força a continuar com ele. Quando forem livres para separar-se, não precisarão mais trair-se mutuamente – já há aqui um imenso triunfo para a moral – pois a mentira, produto da covardia e da escravidão, é a causa principal de toda imoralidade – em seguida, unidos a partir daí não por uma vontade ou uma convenção exterior, mas por simpatia e por atração, forçados a se respeitar mutuamente, como seres igualmente livres, moralizados por esta própria liberdade, formarão uma união mais sincera e mais forte que hoje em dia.

O obstáculo principal para a liberdade do casamento consistindo, ainda, no direito de herança e no destino dos filhos, este direito, uma vez abolido, ou melhor, transformado, e todas as crianças, sem diferença de origem e de sexo, sendo postos sob a proteção obrigatória da comuna, este obstáculo cairá por si só.

3º A mulher, diferente do homem, mas não inferior a ele, será reconhecida como sua igual. Gozará dos mesmos direitos políticos e sociais, sem outros limites afora os que lhe forem colocados naturalmente, mas não legislativamente, por seu sexo. Assim como para o homem, o trabalho, este fundamento único da liberdade, será para ela um dever – e o único meio de seu sustento e de sua emancipação individual. Como os homens, terá o direito de associar-se com indivíduos dos dois sexos através do trabalho. Quando estiver grávida, e ela mesma cuidar de seus filhos, prestará através disto um serviço público e terá, por conseguinte, direito a uma remuneração pública. As mulheres serão principalmente empregadas na primeira educação e instrução das crianças.

4º As crianças dos dois sexos, até à maioridade, vão-se encontrar sob uma dupla tutela: a tutela natural dos pais e a tutela superior de um comitê de educação e de instrução, nomeado pela comuna. Este comitê terá o dever de inspecionar a educação das crianças pelos pais, e, se achar que estes os

17 NT: A frase prossegue com uma vírgula, no original.

18 NT: A frase, evidentemente uma pergunta retórica, termina com um ponto, no original.

negligenciam, os maltratam, ou os corrompam por seu exemplo, terá o dever de acusá-los frente a um júri comunal, que poderá até mesmo, no pior dos casos, tirar as crianças dos pais, para colocá-las num instituto de educação comunal, que será estabelecido em cada comuna, para as crianças órfãs, ou de pais pobres, ou de pais depravados, ou de pais separados, e cuja mãe não peça para cuidar.

O direito pretendido dos pais sobre as crianças é um direito excessivamente limitado. Os pais têm o direito de amar seus filhos e cuidar deles o quanto quiserem, mas não o de maltratá-los, de explorá-los como se faz hoje nas grandes fábricas, nem de falsear e ainda menos de matar sua inteligência, sua energia moral, nem de depravá-los. As crianças não pertencem nem a eles, nem a ninguém, eles se pertencem somente a si mesmos, à sua futura liberdade. Neles está, por outro lado, todo o futuro da sociedade, da comuna. Por conseguinte, é dever desta proteger sua liberdade nascente contra a miséria, contra o mau exemplo, contra as más doutrinas, e ate contra a estupidez ou a brutalidade possíveis de seus próprios pais.

A escola deve substituir a igreja. É aí que o futuro do gênero humano deverá ser formado. Entende-se, evidentemente, que a escola será obrigatória para os dois sexos. Abraçando toda a vida das crianças desde a mais baixa idade, durante toda a adolescência, até à maioridade, ela os conduzirá passo a passo, desde as mais simples noções até às ciências abstratas, especializando-se à medida que avança e dividindo-se em escolas científicas, filológicas, artísticas, técnicas, industriais, agrícolas e militares, sempre unindo a prática à teoria, e a ginástica ao desenvolvimento do espírito e do coração.

O princípio de autoridade, que excluímos tanto com desprezo quanto com horror da sociedade dos homens viris, reconhecemos nele uma imensa utilidade e o aceitamos com respeito para a escola. Ali ele está perfeitamente em seu lugar, e deve reinar absolutamente. A criança e o adolescente, até a maioridade, são livres apenas virtualmente, e não na realidade – e a escola deve prepará-los sucessivamente à liberdade. Não podendo governar-se pela liberdade, que eles ainda não possuem em sua plenitude, devem ser conduzidos, dirigidos, protegidos, governados pela autoridade. Mas esta autoridade, não devendo ser nada além de uma iniciação sucessiva à liberdade – diferente, neste aspecto, da autoridade religiosa, a qual só produz escravidão – esta autoridade deve ser profundamente penetrada de respeito pela dignidade humana e pela santa liberdade até mesmo para as crianças, e mais: sendo a liberdade destas o objetivo da educação, deve ser também, na medida do possível, seu meio e seu ponto de partida; e quanto mais a educação avançar com a idade das crianças, mais ela tenderá a substituir a autoridade pela liberdade. Todas as violências, todas as punições degradantes serão excluídas da educação. A verdade, a dignidade pessoal, a solidariedade na honra, o

respeito mútuo, a justiça, e, acima de tudo, o respeito, o culto do trabalho, tais serão as bases morais da educação nas escolas democráticas, que não deixarão de ensinar às crianças, como já acontece hoje em dia nas escolas primárias dos Estados Unidos da América do Norte, os direitos do homem, do cidadão, e a Constituição de seu país. O patriotismo será fundado, ali¹⁹, sobre o amor e sobre os direitos ainda mais largos e elevados da humanidade, e cada criança, acostumada aos exercícios militares, sabendo manejar o canhão e o fuzil, deve sair da escola pronto para pegar em armas, para a defesa de seu país. Todo aluno deve sair de lá livre, pela sua inteligência, livre pelo caráter, pela vontade, livre por sua aptidão ao trabalho. Ao sair da escola, na maioria, o comitê de educação pública prestará um último serviço²⁰ aos alunos, fornecendo, a cada um, um trabalho, ou dando-lhes uma soma em dinheiro para começar sua carreira – depois disto, estes jovens, tendo-se tornado completamente livres de toda tutela e toda proteção, deverão contar apenas consigo próprios.

Com tal educação, igual para todos, com o culto do trabalho como única fonte de direitos e dignidade pessoal, e com a ajuda da potência da opinião pública esclarecida e purificada, os crimes serão uma rara exceção, uma doença, e você não precisará mais de prisões, nem de policiais, nem de carrascos.

5. Só o trabalho produz a riqueza – é um princípio, a partir daí, conhecido por todos os economistas, sem excetuar nem mesmo os mais retrógrados. Parece que se deve concluir que as riquezas, em toda justiça, só podem e só devem ser distribuídas entre os trabalhadores, excluindo-se todos os preguiçosos que se chamam proprietários de terra ou capitalistas. Responde-se a isto que os proprietários de terra e os capitalistas também trabalham. Muito bem; que o trabalho destes seja pago, será justo, desde que não seja pago mais do que vale graças à sua posição privilegiada. Mas por que recebem eles, ainda, o lucro de seu capital e a renda da terra?²¹ Respondemos que o capital e a terra, desde que cultivada, não sendo mais que o trabalho acumulado, produzem sob tal denominação. É um sofismo ridículo. Não há dúvida de que um e outro representem um trabalho acumulado. Mas, desta forma, não é mais um trabalho vivo, mas um trabalho passado, morto, e os mortos não produzem. Não são mais produtores, mas uma acumulação de produtos. Quanto à renda pura da terra, nem através deste sofismo deplorável pode ser desculpada, pois o que a produziu não foi nem mesmo aquilo que chamamos de trabalho acumulado, não é o maior ou menor grau de melhoramento que

19 NT: No contexto escolar.

20 NT: “rendra aux élèves un dernier service” no original. Pode ser também interpretado como: “fará um último favor aos alunos”.

21 NT: A frase termina por um ponto final, no original.

a cultura trouxe, esta soma de melhoramentos sucessivos representa um capital à parte que tem seu respectivo lucro incorporado. O que paga a renda é, unicamente, o próprio direito iníquo de propriedade. Suponhamos que eu seja o proprietário de um terreno virgem, virgem de qualquer cultura e até mesmo da sombra de um trabalho humano. Eu não ponho a mão nele, mas eu o alugo a um fazendeiro que o cultiva por sua própria conta, e que me paga uma renda anual. Por que eu recebo esta renda, sendo que eu não trabalho? É somente a título de proprietário? Então, é um roubo que eu cometo ao trabalho, já que esta mesma terra, se eu não a alugasse a ninguém, se, não querendo rebaixar-me ao trabalho, eu a deixasse sem trabalho, não me daria absolutamente nada. É, pois, o trabalho que produz a riqueza, e é do trabalho que eu tiro. Sou um explorador do trabalho de outrem, um ladrão. Sob este ponto de vista, pelo menos, Proudhon tinha razão ao dizer: “a propriedade é um roubo”. Os próprios economistas sentiram isto tão bem, que sempre se encabularam para defender a renda da terra, diametralmente oposta a seu axioma fundamental de “que só o trabalho produz”. Da mesma forma, foram forçados a admitir esta contradição, a confessar que, vista do ponto de vista econômico puro, a renda é uma flagrante injustiça. Mas tentaram defendê-la através de argumentos políticos, provando que era uma exceção, uma injustiça necessária, sem a qual a cultura da terra seria impossível. A extensão da terra, em geral, dizem eles, e²², principalmente, a extensão da terra cultivável, é limitada. Nem todos encontrariam seu lugar nela. Sua cultura exige um gasto considerável de capital, de forças e de tempo e ninguém decidiria aplicar seu trabalho nela, a não ser que tenha certeza de não ser expulso dela. É por isto que se reconheceu o direito do primeiro ocupante, direito que, mais tarde, foi convertido em propriedade hereditária – e esta propriedade é representada pela renda. Esta é, pois, o produto duma injustiça, é verdade, mas de uma injustiça política, social e, portanto, também economicamente necessária. Sem esta injustiça, a terra teria permanecido eternamente sem cultura.

Da mesma forma, sentindo que o sofismo do “trabalho acumulado produtor” não se aguentaria para sempre contra a justiça e contra a lógica, tentou-se defender os grandes proprietários e os grandes capitais, sem deixar de confessar que a concorrência destes era muitas vezes desastrosa para as pequenas propriedades e pequenos capitais, esmagadoras para o trabalho. Só os grandes proprietários, falou-se, têm os capitais necessários para fazer a grande cultura e para introduzir os grandes aperfeiçoamentos, sem os quais a agricultura permaneceria numa eterna infância. E comparou-se os grandes capitais ao lago Moeris, que, nos anos de seca, fecundou as planícies do Egito.

22 NT: No original, “est” (“é”), de pronúncia idêntica a “et” (“e”). Supõe-se um erro ortográfico.

Os pequenos proprietários de terras não poderão jamais aplicar à cultura da terra as máquinas tão custosas, e cujo uso demanda muita instrução e inteligência. E, na falta de grandes capitalistas, os operários, abandonados a si próprios, nunca terão nem a inteligência nem a instrução necessárias – (e, se eles não as têm, de quem é a culpa?) – nem os capitais necessários – (porque foram roubados e continuam a roubá-los) – para empreender, por sua conta e risco, grandes fábricas, sem as quais eles ficariam sem trabalho. Assim, conclui-se que as grandes propriedades e os grandes capitais são necessários tanto à riqueza do país quanto à própria existência dos trabalhadores.

Foi um argumento que parecia ser muito potente, recém há vinte anos. Hoje em dia, não prova nada, pois se reconheceu, de lá para cá, a maravilhosa potência da associação. Sim, enquanto o pequeno proprietário de terra e o operário, permanecendo isolados, cada um trabalhando para si, eles são incapazes de empreender, ou até de conceber algo de grande, incapazes, portanto, de concorrer, em riqueza e em utilidade de produtos, com o grande capitalista e o grande proprietário. Mas eis que, desde há vinte anos, as associações de operários começaram a se formar na Inglaterra, na França, na Bélgica, na Alemanha e na Suíça. A Itália segue hoje o exemplo destes países - associações que, tendo começado pela modesta fundação de pequenas lojas onde os operários, sem o intermediário dos comerciantes, podem comprar todos os mantimentos e coisas que lhes são necessárias ao preço mais baixo possível, e de qualidade garantida – e que acabaram fundando, com capitais formados unicamente de suas economias, grandes e magníficas fábricas, usinas de toda sorte, e fazendo circular milhões. A experiência está feita, ela é irrecusável, notória, e talvez seja o maior evento mostrado por nosso século tão rico em eventos, o fato mais importante, o mais decisivo, pois emancipa e torna realmente possível a democracia. Isolados, os operários são impotentes e condenados a uma escravidão perpétua. Associados, são política e economicamente mais potentes que os capitalistas mais potentes, e acabarão esmagando-os. Temos a repetição do mesmo fato numa ordem de interesses diferente: antes, quando se tratava de fazer empréstimos nacionais, nos dirigíamos sempre aos maiores financeiros, à aristocracia da bolsa. Hoje em dia, vemos bancos por ação se formando, que já fazem uma concorrência medonha aos primeiros banqueiros da Europa. É a burguesia da bolsa. Mas eis que Napoleão III acaba de fazer, em dois momentos diferentes, sem intervenção nenhuma dos bancos aristocráticos ou burgueses, um empréstimo direto ao povo francês. Todo o povo tinha concorrido e as assinaturas tinham, em algumas semanas, ultrapassado tudo o que o concurso dos banqueiros reunidos nunca teria conseguido realizar. Mais uma prova da potência triunfante da associação das pessoas pequenas, ou seja, da democracia. A mesma lei de associação emancipará os pequenos cultivadores da terra da preponderância

esmagadora da grande propriedade, dando-lhes os meios de aplicar as máquinas e a força do trabalho associado à cultura da terra.

Esta potência do trabalho associado contém todo o mistério da prepotência do capital e da propriedade. Suponhamos que, possuidor de um capital qualquer, eu queira empregá-lo ou numa indústria qualquer, ou na cultura da terra. Eu compro todas as matérias-primas e todos os instrumentos de trabalho, ou então alugo a terra que eu quero cultivar e pela qual eu pago a renda ao proprietário. Eu alugo, além disso, 50 operários. Suponhamos que eu seja bom senhor, e que lhes pague um salário não conforme à fome que os força a oferecer-me seu trabalho, mas justo, ou seja, propriamente o equivalente do trabalho individual de cada um. Como tínhamos reconhecido que somente o trabalho produz riqueza, se eu pagar aos operários o justo valor de seu trabalho, o que sobrar para mim? Aparentemente, nada, e se eu conduzir meus negócios com sabedoria, no fim do ano, despesas e receitas balanceadas, comparadas, chegarei a zero. Não terei dívidas, nem um centavo de renda. Mas, na realidade, terei muito: terei todo o excedente produzido pela potência coletiva e organizada do trabalho associado, do qual me apoderei injustamente, que eu simplesmente roubei. Explico-me: segundo esta maravilhosa lei da divisão do trabalho, descoberta e tão bem analisada por Adam Smith, 50 operários, se trabalharem cada um separadamente, fazendo cada um a obra completa, produziam infinitamente menos que se trabalhassem, como aconteceria hoje no mundo civilizado inteiro, ao mesmo tempo, e juntos, em associação bem organizada, cada um fazendo apenas uma parte da obra inteira – ou seja, que a totalidade dos produtos do trabalho coletivo e organizado de 50 operários, comparado à soma destes mesmos operários, apresenta um imenso excedente de riqueza, excedente que é o produto direto da coletividade. Pois bem, o capitalista e o empreendedor se apropriam deste excedente, que faz sua renda líquida. Mas de que direito se apropria? A força coletiva dos operários lhe pertence? Ela lhe pertenceria, se eles fossem seus escravos. Mas então, ele não lhes daria nem mesmo o salário, para pagar seu trabalho individual separado, e bastaria vesti-los e alimentá-los para fazê-los viver, apenas, e para dar-lhes a força de trabalhar.²³ Mas supõe-se que eles sejam livres, e, portanto, a potência coletiva de seu trabalho pertence tão pouco ao capitalista quanto o trabalho individual de cada um. Tomando-a para si, ele a roubou. E, mais uma vez, Proudhon teve razão ao dizer “que a propriedade é um roubo”.

Creio ter provado: 1º - Que, desde a descoberta e o início da prática deste grande e salutar princípio da associação, que é chamado a conquistar, a transformar o mundo, e a emancipar a humanidade, a existência dos grandes capitalistas e proprietários tornou-se mais que inútil, nefasta. 2º - Que eles são os exploradores iníquos do trabalho e que o ganho que recebem é um roubo.

23 NT: No original, a frase termina com um ponto de interrogação.

Mas, dirá você, admitindo-se tudo isso, como fazer para pôr fim nesta injustiça sem cometer outra?²⁴ Pois, enfim, não é culpa dos capitalistas e dos proprietários o fato de terem nascido numa organização social que lhes coloca, sem que o saibam, nesta posição injusta e privilegiada. Uns herdaram, os outros criaram eles mesmos sua riqueza trabalhando honestamente e com a melhor fé do mundo. Será justo tomá-la deles?²⁵ Você faria uma revolução iníqua para confiscar todos os bens, capitais e propriedades, e por quem e como seriam distribuídos ao povo, e ficaria o povo, desta forma, mais rico? Não sou profeta, não posso, pois, garantir que não estoure neste ou naquele país uma revolução violenta e que não tenha por resultado, pelo menos, um confisco parcial, como se viu na França, durante a grande Revolução, em relação aos bens do clero e da nobreza emigrada. As violências revolucionárias sempre tiveram como causa menos a violência das massas populares que a violência da reação das classes privilegiadas, que só raramente tiveram a sabedoria de ceder. Deus é que sabe se, doravante, elas terão esta sabedoria. Mas quem diz revolução não diz necessariamente violência, e é um erro pensar que entre a Revolução e a Reforma existe apenas a diferença no fato que uma se faz pacificamente, e a outra com violência. Vimos, na história, Reformas muito pouco pacíficas, por exemplo, a Reforma religiosa que ensanguentou toda a Europa. A diferença essencial entre estas duas ordens de ideias e de fatos é a seguinte: a Reforma, sem tocar no princípio, muda somente a aplicação deste. A Revolução muda tanto a aplicação quanto o princípio. Daí que a Revolução mais completa, mais radical, pode-se fazer da maneira mais pacífica. Pois a violência está ligada às circunstâncias nas quais a Revolução se produz, e principalmente à obstinação da injustiça que combate, e não ao seu princípio.

Assim, não há dúvida, para mim, que uma imensa revolução social, conforme aos princípios que eu estou expondo, não vá se fazer em breve em toda Europa. Mas não é nem um pouco necessário que aconteça de maneira tão sanguinária e violenta quanto a revolução de 1793. E, voltando à nossa questão, não será nem um pouco necessária a abolição do monopólio e da exploração maléfica dos capitalistas e dos proprietários através do confisco e da distribuição arbitrários e violentos²⁶. Seria realmente uma flagrante injustiça, e, além disso, não teria sentido – pois não enriqueceria ninguém e empobreceria todo mundo. Para chegar ao objetivo, a abolição do direito de herança e a ação potente das associações operárias, apoiada pelo espírito

24 NT: No original, a frase termina com um ponto final.

25 NT: Idem. O que permite determinar que a frase é interrogativa é sua conjugação verbal: “Sera-t-il juste, etc”, embora termine por ponto final no original.

26 NT: Ou seja, não será necessário que esta abolição aconteça desta forma específica.

novo e pela reorganização democrática de um país, bastarão. E, por menos que as classes privilegiadas transformem sua necessidade em virtude, se mostrem sábias e humanas o bastante para que a democracia triunfante deseje poupá-las o quanto for possível, de fazer as coisas amistosamente e proceder lentamente, com um passo seguro, mas sem apressar-se demais, nem será preciso abolir de uma só vez o direito de herança. Poderemos contentar-nos, primeiro, pela abolição do direito dos colaterais, conservando a herança direta de pai e de mãe a filho, de esposo a esposa. A potência da nova moral fará o resto em breve.

Creio que devo responder, aqui, a duas objeções que você me poderia fazer. Primeiro, quanto ao direito de herança, pretendeu-se muitas vezes que era absolutamente necessário para dar ao homem vontade e energia para o trabalho. Ninguém trabalhará, garantem, ou somente trabalhará bem pouco, se não trabalhar para seus filhos. Eis o mais insuportável sofismo, e, quanto a isso, peço-lhe permissão para contar uma anedota: Fugindo da Sibéria, parei durante dez dias, mais ou menos, no Japão. Ali, um dia, jantando na casa de um negociante francês, aborrecido com os lugares-comuns que declamá-vamos para todos os lados, tive vontade de indignar toda aquela sociedade tão tranquila, e, para começar bem, neguei de cara o direito de herança e de propriedade. Foi um levante geral, todos se viraram com furor contra mim. Entre os outros, um senhor, tenente da marinha imperial, tendo-se tornado comerciante havia pouco, em Chokodade, e já tendo feito uma fortuna bastante considerável, disse-me estas memoráveis palavras: “Como, senhor; o senhor acha que, se não fosse pelo amor de meus filhos, eu teria consentido a me enfiar neste país infernal, longe da bela França e privado de tudo o que faz a vida feliz?” – Ah, desculpe, senhor, não sabia que o senhor era casado” – “Não, ora, ainda não sou casado, mas com certeza, voltando para minha terra, acharei alguma mulher que me convenha, casarei com ela, e daí respondo-lhe que terei filhos”-. Assim, pois, este senhor trabalhava com esta dedicação e este zelo pelo amor dos filhos que ainda não tinham nascido, mas que, provavelmente, deviam nascer, assim que ele se casasse com uma mulher que ele ainda não conhecia. E o seu caro tio, o que nos dá tão bons jantares com cogumelos, trabalhou também para seus filhos?²⁷ Não, caro amigo, não é para os filhos que se trabalha. Trabalha-se porque é da natureza humana trabalhar, porque é uma necessidade inerente ao homem, como é para a formiga, para a abelha, para o castor. Tente proibir o trabalho ao homem, sujeitá-lo a um ócio absoluto. Ou então, force-o a fazer um trabalho improdutivo, inútil, ridículo, por exemplo, bater na água durante um dia inteiro ou transportar inutilmente pedras nem um pouco pesadas de um lugar

27 NT: No original, ponto final.

a outro, e você verá como ele se revoltará contra você, mesmo se lhe der o salário do mais ativo e mais inteligente operário. É que, fora de toda ideia de necessidade de ganho e toda ideia de lucro, o homem, por causa desta lei inerente à sua natureza, para ser feliz e contente de si mesmo, deve-se sentir trabalhar. Mas então, você vai me perguntar, por que há tantos ociosos e preguiçosos entre nós? Porque somos todos mais ou menos inadaptados, porque pertencemos à classe dos privilegiados. Os que não pertencem a ela, homens e mulheres, trabalham, em sua grande maioria, com o suor de seus rostos, mesmo quando não têm filhos, e fazem até trabalhar os filhos – porque fomos criados no desprezo do trabalho e no respeito do ócio; porque, com efeito, o ócio, na organização atual da sociedade, é um privilégio, uma distinção, e o trabalho, uma maldição e uma vergonha – porque a inteligência ainda está separada do trabalho – porque, enfim, não somos ainda homens livres, mas homens religiosos, cretinos.

Mas, faça com que, através da educação e através de uma reorganização democrática da sociedade, que o trabalho seja unanimemente respeitado, que se torne uma necessidade igual e a única fonte de direitos políticos e sociais para todo o mundo – e você verá quão poucos preguiçosos e ociosos ficarão. Já temos um começo nos Estados Unidos da América do Norte, onde o trabalho não só é estimado por causa daquilo que produz, como pelo fato de ser o trabalho – ou seja, o triunfo da inteligência humana sobre a natureza exterior.

A outra objeção é esta: “Se todo mundo for forçado a participar do trabalho manual dos operários de fábrica e da terra, quem vai tomar conta das ciências e das artes? Estas serão necessariamente abandonadas, o espírito cairá, o gosto cairá, e, junto com eles, cairá a humanidade a um nível democrático deplorável; a indústria e a agricultura cairão, ao mesmo tempo, porque, para caminhar para frente, precisam das descobertas da ciência, e forçando todo o mundo a sujeitar-se ao ofício, longe de servir a sociedade, embrutecendo-a por inteiro, vai-se conduzi-la, infalivelmente, à pobreza”.

Observarei, primeiro, que neste aviso que ouvimos frequentemente, há uma confissão preciosa; é que na organização atual da sociedade, a maioria dos homens, pelo próprio tipo de suas ocupações, apesar destas serem necessárias, são necessariamente condenados à ignorância e a uma brutalidade relativa. Em seguida, perguntarei, quem disse que todo o mundo será forçado a se submeter ao trabalho manual? Cada um deverá ser preparado, mais ou menos, pela educação que terá recebido na escola, mas, ao sair desta, cada um será livre para dedicar-se, em companhia de outros ou só, ao tipo de ocupações que quiser, até de não ter ocupação nenhuma, sob o risco de morrer de fome, se não achar alguma alma caridosa que consinta em alimentá-lo pelo amor de Cristo. E por que não escolheria a carreira

das ciências, das artes e das letras? Naturalmente, se carecer de aptidão, de talento, fará como hoje, e talvez mais que hoje, negócios muito ruins. Não haverá mal nenhum nisto. Mas se o talento e a aptidão mais a energia do trabalho não lhe faltarem, prosperará mais do que hoje, e isto por uma razão bem simples: quando a educação se tornar geral, quando as noções das artes, da ciência e das letras condescenderem a todo o mundo, todo o mundo terá mais gosto e espírito para as coisas do espírito e do gosto; lerão mais e, por isto, comprarão mais jornais e livros. Entenderão melhor os grandes triunfos do engenho e da inteligência nas descobertas científicas e nas criações artísticas, apreciarão melhor a utilidade universal, e, em consequência, os verdadeiros sábios e os verdadeiros artistas serão melhor remunerados que atualmente. Quando ao homem comum, que mal há em que, não podendo viver através das criações do espírito, nem podendo mais viver da exploração indireta ou direta do trabalho de outrem, como fazem atualmente, sejam forçados a viver do trabalho de suas mãos, como fazem, hoje em dia, com exceção das classes injustamente privilegiadas, todos os homens? Haverá somente a enorme diferença de que o trabalho não será mais desonrado, nem embrutecedor, porque, por um lado, será um objeto de dever e de respeito para todo o mundo, e, do outro, de mecânico que é, ainda, hoje, será ele mesmo inteligente. Rogo-lhe que observe que hoje mesmo, entre nós e frequentemente acima de nós, há uma classe de homens muitas vezes ilustres que se dedicam quase todos os dias aos trabalhos manuais mais penosos, mais desagradáveis; são os cirurgiões, os obstetras, os médicos, os fisiologistas, os químicos, e outros. O que haverá de mais sujo, com efeito, do que um parto ou uma autópsia de cadáver, ou uma análise química da urina ou dos intestinos de um homem envenenado? Entretanto, ninguém consideraria desonrado ou diminuído um sábio ao vê-lo dedicando-se a estes trabalhos nojentos – quase tão nojentos quanto a limpeza – e por quê? Porque a estes trabalhos preside o pensamento, é um trabalho não mecânico, mas inteligente. Muito bem, eis a revolução que deve ser feita nos trabalhos da indústria e da agricultura. Devem tornar-se inteligentes também. Que triunfo mais belo para a inteligência do que o fato desta ganhar, todos os dias, da natureza exterior? Mesmo assim, estes trabalhos não são respeitados, digam o que quiserem, porque separados da inteligência são mais ou menos trabalhos mecânicos. Mas dê uma larga e forte educação aos operários, ou seja, a todo o mundo; que aprendam nas escolas teórica e praticamente, o conjunto magnífico da indústria humana, e como todo o mundo, fora da educação geral, deve escolher uma especialidade, que aprendam, no ramo da indústria, sucessivamente todas as funções diversas que contribuem à confecção da obra inteira, numa palavra, que saibam empregar as máquinas, mas que não se empreguem mais a si mesmos como máquinas, e assim todo trabalho terá sua inteligência e seus atrativos.

Resumo minhas palavras. O trabalho sendo o único produtor das riquezas, todo homem que viver deve trabalhar, e só pode e só deve usufruir destas riquezas na justa medida da quantidade e da qualidade de seu trabalho – sob o risco de ser um explorador do trabalho de outrem, um ladrão. Esta lei de pura justiça é chamada pelos socialistas: a balança do trabalho e do produto. Quem não trabalha é um doente, um inválido, ou um miserável. A sociedade tem o direito de deixar, livremente, morrer de fome, ou pode recolhê-lo como um pobre de vontade e de espírito e alimentá-lo por caridade. Mas ele não deverá mais gozar de nenhum direito político.

O futuro pertence ao trabalho associado – pois aí está a força da humanidade e o triunfo da democracia. Haverá, sem dúvida, associações científicas, artísticas, literárias, agrícolas, industriais, etc. etc. Associações de homens e associações de mulheres, ou misturadas. Nas próprias escolas, as crianças e os adolescentes dos dois sexos estudarão e trabalharão por associações.

A liberdade será a base fundamental e o espírito inspirador de todas as associações. Esta é uma condição sine qua non. Todo indivíduo será livre para entrar, se for consentido recebê-lo, e para sair quando quiser, mas não antes de ter honrado todos os compromissos que tomou livremente. Da mesma forma, toda associação terá o direito de expulsar de seu seio um membro que não queira mais, depois de ter honrado todos os seus compromissos perante ele. Nenhuma associação terá outro direito e sobre o trabalho de seus membros além daquele que seu contrato fundamental lhe reconhecer; e o primeiro dever da autoridade eletiva comunal será zelar para que nenhuma associação se forme, na comuna, a não ser sobre as bases da mais larga e da mais completa liberdade.

Mas esta questão já diz respeito à organização política. Creio ter enumerado todos os pontos principais da reorganização social, sem a qual a liberdade, a igualdade, a humanidade e a justiça ficarão eternamente no estado de mentira. Estes pontos são:

1. A abolição do direito de herança.
2. O casamento e a família livres.
3. Igualdade das mulheres
4. Adoção das crianças pela sociedade. Sustento, educação e instrução das crianças dos dois sexos até à maioridade. Escola substituindo a igreja e preparando os adolescentes para a liberdade.
5. Obrigação de trabalhar para todo o mundo. Trabalho associado e livre. Balança do trabalho e do produto. O trabalho como única base dos direitos políticos e sociais.

Passemos, agora, à reorganização política, não esquecendo que falamos agora do ideal, do objetivo definitivo ao qual devemos tender, por assim dizer, religiosamente, e não dos que poderíamos realizar hoje ou amanhã.

1. A Comuna é a unidade política, um pequeno mundo independente e baseada na liberdade individual e coletiva de todos os seus membros, e composta tanto de associações livres quanto de indivíduos isolados. Fundada pela liberdade e para a liberdade, é guardiã da liberdade de todo mundo, e tem direito de exigir, seja da parte das associações, seja da parte dos indivíduos, a observância de apenas um dever: o respeito de cada um pela plena liberdade, portanto também pelo bem, pela honra e pela vida, do próximo. Ela reconhece apenas um crime: o atentado contra esta liberdade.

Governada e administrada por autoridades eletivas, ela é a mãe, a tutora, a ama de leite de todas as crianças de ambos os sexos até à maioridade – ela funda, organiza e dirige a educação pública. Ela registra e legitima, e põe, através disso, sob a proteção da comuna, as associações que se formam em seu seio, mas não antes de ter tomado conhecimento do contrato ou da carta fundamental destas. Ela só pode recusar sua sanção em um único caso; quando achar, em uma carta, uma cláusula qualquer, contrária à liberdade dos membros que compõem a nova associação, ou contra a liberdade, a independência e a dignidade moral de qualquer ser humano. Por exemplo, nunca poderá dar sua sanção nem a um convento, nem a qualquer outro estabelecimento cujos membros alienarão, mesmo que livremente, sua liberdade, e ainda menos a um estabelecimento de jesuítas, que teria como objetivo, naturalmente, matar o espírito de liberdade e de dignidade intelectual e moral na comuna. Uma associação à qual as autoridades comunais tiverem recusado a sanção necessária para legitimar a respectiva existência, poderá, ainda assim, continuar a existir naquela comuna, mas somente fora da proteção comunal, por sua própria conta; de maneira que, se a associação inteira ou um de seus membros, forem injustamente atacados, insultados, roubados, maltratados ou mesmo mortos, tanto por um membro da comuna quanto por um estrangeiro, a comuna não os defenderá.

Por meio de um tribunal eletivo, a comuna julgará os diferentes entre diferentes associações, ou entre uma associação e um ou vários de seus membros, ou entre os indivíduos isolados. A maior punição que ela poderá pronunciar é a retirada da proteção comunal. Contra os julgamentos da comuna, assim como, para os diferentes, [os julgamentos] entre a própria comuna e uma das associações, ou um membro isolado da comuna, haverá, sem dúvida, apelo a um tribunal superior.

2. A união, por assim dizer, federativa, das comunas, constitui o distrito, ou diretamente a Província. A Província será governada e administrada, e julgada, por uma assembleia legislativa provincial, composta de deputados

de todas as comunas, por uma presidência e por um tribunal provincial eleitos pelas comunas, ou por esta assembleia. A assembleia legislativa e a presidência provinciais não terão, de forma alguma, direito de se meter na vida e nos atos interiores das comunas, desde que a carta comunal de cada uma, que deve absolutamente ser apresentada à sanção das primeiras, seja conforme em todos os pontos aos princípios acima expostos da liberdade, da igualdade e da justiça. Se a acharem em contradição com estes princípios, deverão convidá-la a mudar sua carta comunal. Se a comuna se recusar a isto, será posta fora da proteção provincial, o que a deixará exposta e cada um de seus membros aos ataques impunes de todos: comunas e indivíduos. Contra esta decisão, a comuna poderá fazer apelo à decisão suprema do tribunal nacional. Fora desta questão de cartas comunais, a Presidência e a assembleia legislativa provincial, sem se meter, de forma alguma, na vida interior das comunas, arrumarão as relações exteriores das comunas entre elas, tanto quanto os deveres destas e as taxas devidas à unidade provincial – tais como finanças, correio, grandes linhas de comunicação, universidade e outras escolas superiores e armamento provinciais. O Tribunal julgará, em última instância e sem apelação, as desavenças entre a autoridade comunal e as associações e os indivíduos desta comuna, e, em primeira instância, com apelação ao tribunal nacional, as desavenças entre as comunas.

3. A Nação será a união federal das Províncias. Haverá uma Presidência, uma assembleia legislativa e um tribunal nacionais, gozando das mesmas prerrogativas, com relação às províncias, que aquelas das próprias províncias com relação às comunas. As cartas fundamentais das Províncias devem receber a sanção destes órgãos; reconhecidas pelas primeiras como contrárias aos princípios, estas devem ser mudadas. Toda província que recusar mudar sua carta fundamental é declarada em revolta, e, a este título, posta fora da proteção nacional. Ela pode apelar desta decisão ao tribunal supremo internacional. De resto, a mesma proibição de se meter na legislação e nos negócios interiores das províncias, e o mesmo direito ou dever de regular as relações das províncias e as taxas de cada uma em relação à unidade nacional. – Comando supremo do armamento nacional, que, com quadros bem instruídos de oficiais e de sub-oficiais, tanto quanto de artilharia e tecnologia militar²⁸, deve substituir, em todo lugar, os exércitos permanentes, tão ruins quanto funestas à liberdade das nações. O tribunal Nacional decidirá, sem apelação, as questões em litígio das comunas entre elas, ou então entre as comunas e a província da qual fazem parte, e em primeira instância, com apelação ao tribunal supremo internacional, as desavenças entre as próprias províncias.

28 NT: Tradução aproximativa de “armes savantes”.

4. A Federação internacional será composta das nações que quiserem nela entrar, adotando para si próprias interiormente, e em suas relações mútuas, em termos exteriores, como única base, em sua aceção mais larga e mais extensa, estes princípios da liberdade, da igualdade e da justiça. Haverá um Diretório internacional supremo e um Grande Conselho internacional supremo, compostos de membros eleitos diretamente por todas as nações, e que terão, junto a estas, mais ou menos os mesmos direitos que têm junto às suas províncias. O Tribunal internacional supremo pronunciará, em última instância, em todas as desavenças entre uma nação e uma de suas províncias, assim como naquelas entre duas ou mais nações entre elas. O Conselho nacional supremo pronunciará seu julgamento sem apelação em todas as questões ligadas às relações das nações com a união federal.

O diretório internacional supremo, apoiado e controlado pelo grande Conselho internacional supremo, representará a grande liberdade na Europa e no mundo, contra o campo e a pátria da reação religiosa, política e social. Entre estes dois campos, haverá guerra até à morte. Conduzir esta guerra, procurar e secundar os amigos no seio do próprio campo reacionário - Fomentar a revolução em todos os lugares por meio de uma ativa e potente propaganda – Dividir a reação, destruí-la, esmagá-la – tais serão sua missão e seu dever²⁹.

Creio agora ter explicado suficientemente o que entendemos por Princípio humanitário novo e pela Revolução, ou, se preferir, pela reorganização política e social, conforme a este quádruplo princípio da Liberdade, da Igualdade, da justiça e da fraternidade ou da humana solidariedade.

Sem entrar nos detalhes da reorganização social, que será feita naturalmente em cada país segundo as condições, o caráter e o espírito de cada um, acreditamos que os cinco pontos principais, enumerados no fim da página 60, são as condições absolutas de uma reorganização radical e séria. Cada um destes pontos é, para nós, tão indubitável e sagrado que as proposições da profissão de fé do concílio de Niceia para os cristãos.

Quanto ao esboço da reorganização política que eu me permiti de fazer aqui (páginas 61-64), rogo-lhe que a veja mais como uma espécie de fantasia política, não tendo outro objetivo afora explicar-lhe, através de um exemplo, nosso pensamento político fundamental, que é este:

Todos os Estados passados e presentes, excetuados aqueles dos Estados Unidos e da Suíça, que, em boa parte, inspiraram-se no espírito da liberdade, todos os outros Estados foram e ainda são fundados sobre o princípio da autoridade. Consequentemente, a ordem e a organização política e social

29 NT: A frase provavelmente refere-se ao diretório internacional supremo.

desenrolam-se, em todos eles, de cima para baixo, do centro para a circunferência, produzindo naturalmente, em todo lugar, a disciplina hierárquica e destruindo a liberdade em todo lugar.

Nos países inteiramente livres, a ordem e a organização devem, pela mesma lógica, partir de baixo para cima e da circunferência para o centro. É a condição *sine qua non* da liberdade, à qual a ordem deve servir não de base, mas somente de coroa. Numa palavra, a ordem, na humana sociedade, deve ser resultante do mais largo desenvolvimento possível de todas as liberdades individuais, comunais, provinciais e nacionais. O princípio, assim colocado, resolve da maneira mais simples e ao mesmo tempo mais satisfatória todas as questões e todas as dificuldades que nascem hoje do princípio da nacionalidade, princípio ainda muito mal compreendido pelo público, que confunde, na maioria das vezes, o direito incontestável das nacionalidades reais, naturais, com o direito mais que contestável das ditas nacionalidades históricas, (como por exemplo na questão da Dinamarca perante a parte alemã do Schleswig ou da Polônia, como Estado, perante a Rússia e dos alemães do Grão-ducado de Posen – ou da Alemanha como império federado perante os eslavos da Boêmia – ou dos magyars³⁰ perante os eslavos da Hungria); princípio de outro lado habilmente explorado por Napoleão III, que faz uso dele não por amor e por respeito pelos povos, mas para turvar a Europa e para pescar na água turva, pois, afinal, as províncias renanas, que ele cobiça, não são francesas, mas alemãs. Só há, para todos as desavenças nacionais, uma única solução satisfatória e possível, no Princípio seguinte, que é uma consequência necessária do Princípio da liberdade:

Toda nação, pequena ou grande, toda província, e, a rigor, toda comuna, assim como todo indivíduo, têm o direito absoluto e inalienável de dispor de si mesmas, de organizar-se interiormente e aliar-se com quem quiserem, sob sua própria responsabilidade. Se estas se organizarem mal, reacionariamente, sofrerão disto em seu interior e terão por inimigos todas as organizações livres. Se por acaso se isolarem em sua independência, estarão privadas de todos os benefícios, de todos os socorros, de toda a proteção da solidariedade. E não tema que abusem da própria liberdade. Uma província, por exemplo, que por tal ou qual razão, quisesse isolar-se no meio de uma nação, poderia obstinar-se e alterar-se até à revolta, se, contrariamente ao seu orgulho e seu direito, se quisesse forçá-la a entrar na unidade nacional. Mas se for deixada no tranquilo deleite de seu isolamento caprichoso, levada pela força das coisas, por seus interesses e suas necessidades materiais, intelectuais, políticos e sociais, voltaria, por sua própria conta e rapidamente, para a união. Ninguém se revolta contra a força das coisas e contra as necessidades de sua posição.

30 NT: Húngaros.

Mas revolta-se contra toda violação da liberdade e do direito, mesmo quando esta violação for do interesse daquele que se revolta. É o que os poloneses, no começo de sua última revolta, não quiseram compreender. É em vão que lhes suplicamos, então, de não falar, em suas proclamações, dos antigos limites da Polônia antes da divisão de 1772. Era dispor do povo ruteniano ou pequeno-russo inteiro sem os ter consultado – que, mesmo detestando a potência moscovita que o esmaga hoje, nunca gostou nem teve razão para gostar da Polônia. Se, ao invés de falar destes limites e fazer política de Estado à moda Monroe e Hall, os Poloneses se tivessem, simplesmente, insurgido em nome da liberdade popular, chamando todos os povos para esta luta contra Moscou, é provável, é pelo menos possível, que os rutenianos se teriam insurgido junto com eles, inicialmente, e que quisessem unir-se à Polônia, mais tarde, por laços populares. Mas os poloneses não tiveram fé na liberdade, e ainda menos fé no povo pequeno-russo. Contando muito menos com a revolução popular interior que com a intervenção estrangeira, esperaram que esta devolvesse, em seus antigos limites, a antiga república ou monarquia polonesa e, nesta esperança, apressaram-se em proclamar bem alto seus direitos históricos sobre a Ucrânia, a Podólia e a Volínia. O que aconteceu a seguir? A intervenção estrangeira não veio a seu socorro, mas os camponeses pequeno-russos insurgiram-se unanimemente contra eles.

E agora, caro amigo, acabei com a exposição de nossa teoria política e social. Passemos à prática.

Você achou minha exposição bem longa, não é? Entretanto, convenha que foi necessária. Agora, nenhum mal-entendido é possível entre nós, e você sabe tão bem quanto nós o que entendemos por estas palavras: Emancipação da Humanidade. Você vê bem que é uma nova religião, uma nova política, uma nova doutrina social, não somente diferente, mas diametralmente, revolucionariamente oposta a tudo o que existe, hoje em dia, efetivamente, de religião, de política e de organização social. Você há de convir conosco, espero, que, assim como a profissão de fé e a realidade religiosa, política e social atual são uma consequência necessária e lógica do princípio divino da autoridade, a nossa profissão de fé, com todas as consequências políticas e sociais acima desenvolvidas, deriva direta e necessariamente do princípio humano da liberdade. Convenha que, se você afastar um só ponto de nosso programa social: ou a abolição do direito de herança, ou a emancipação do casamento e da família, ou a adoção e a educação de todas as crianças pela comunidade inteira, ou a emancipação política ou social da mulher, ou, finalmente, com a balança do trabalho e do produto, o trabalho obrigatório para todo o mundo e reconhecido como a verdadeira base dos direitos políticos e sociais – convenha, caro amigo, que, se rejeitarmos uma só destas propostas, tanto a igualdade como a justiça, e, em consequência, também a liberdade tornam-se

impossíveis, que a humana solidariedade é violada e transformada em humana exploração. Que cairemos então, de novo, necessariamente, no monopólio e no privilégio, e que, de um outro lado, nós teremos de novo uma grande massa popular, operária forçada e obscura, devotada, sob qualquer nome que seja, a uma eterna escravidão; e, do outro, uma classe, comparativamente pouco numerosa, de exploradores e de opressores, ou, para dizer tudo de forma simples, ladrões privilegiados, insolentes, injustos, ociosos, corrompidos, desmoralizados e emasculados³¹ por seus próprios privilégios. Ou seja, encontramos-nos na posição miserável em que se encontra, hoje em dia, mais ou menos a Europa inteira, com a impotência da civilização de um lado e a barbárie da potência do outro.

E, sem entrar nos detalhes de tal ou qual organização política, detalhes que nenhuma teoria, e ainda menos a minha, saberiam pressentir, porque decorrem tanto da história quanto da situação política e social, e do desenvolvimento intelectual, e do caráter de cada país, e de um milhão de outras causas indiscerníveis, invisíveis, mas reais e potentes; numa palavra, da riqueza infinita da vida – sem entrar em todos estes detalhes, convenha que nosso princípio: que a ordem deve coroar a liberdade, e que toda organização política e social deve partir de baixo para cima, da circunferência ao centro, em consequência, da comuna à província, da província à unidade nacional e da unidade nacional e das nações à união federal das nações – cada uma em sua jurisdição independente e livre – que este princípio, como eu dizia, é a justa expressão, e a condição sine qua non da liberdade.

Se você convier com tudo isto, de forma teórica, inicialmente, entenda-se, você convirá também conosco que entre estes dois sistemas tão completamente opostos e tão radicalmente exclusivos um do outro, aquele da autoridade e aquele da liberdade, não há meio termo possível; que os sistemas liberais e constitucionais, talvez até as repúblicas e as democracias puramente políticas, sem igualdade social, são logicamente absurdas e não tem outra significação a não ser a de transações e transições históricas.

Certo, você dirá, talvez, mas é preciso admitir que estas transações e estas transições duraram, por exemplo, na Inglaterra, séculos – e não poderá acontecer que sejam chamadas a durar muito tempo ainda? – Não, e eu direi por que a você:

O sistema constitucional, na Europa, teve, e ainda continua tendo, em parte, seus representantes privilegiados históricos. Inicialmente, antes e pouco depois da reforma, eram os Estados, os corpos mais privilegiados possíveis, dentre os quais a nobreza e o clero, os privilegiados por excelência, tiveram uma preponderância indubitável. Mas, não paremos nos Estados, já

31 NT: “Dévirilisés”, “des-virilizados”, que perderam seu “caráter viril”.

que, em todos os países, exceto a Inglaterra, a Suécia e a Espanha, talvez, desapareceram completamente no fim do século XVII e no início do XVIII, dando lugar ao absolutismo, inicialmente, depois ao regime constitucional moderno. Falemos deste e comecemos pela Inglaterra. Quem deu o primeiro golpe mortal no absolutismo e derrubou o primeiro trono dos Stuarts? A burguesia democrática, sem dúvida inspirada pelo fanatismo dos puritanos e pelo gênio de Cromwell. Mas quem aproveitou, com o tempo, e quem derrubou o segundo trono dos Stuarts, para instalar-se com a casa de Orange, primeiro, e depois com a casa de Hanôver? Foram as grandes casas nobiliárias e os bispos da Igreja Anglicana – numa palavra, a aristocracia que governou a Inglaterra sozinha durante mais de um século. E agora, ainda continua a governar? Não, e por quê? Porque, desde o primeiro quarto de nosso século, desde a grande reforma parlamentar, ela é forçada a ceder o poder, pouco a pouco, à potência preponderante da burguesia. Hoje não é mais a aristocracia, é a burguesia, os interesses e os princípios burgueses, que já reinam quase sós na Inglaterra. É apenas a burguesia que representa ali, hoje em dia, realmente, o sistema Constitucional; e, na Europa inteira, excetuando-se, e excetuando-se somente em aparência a Suécia, a burguesia representante do liberalismo, ocupa o lugar vago de uma aristocracia que morre, hoje em dia, afogando-se em parte na burocracia, e em parte na própria burguesia. Em todos os países, é a burguesia quem constitui, em nossos dias, o que chamamos de classe inteligente, a classe governante - tendo nas altas esferas da vida política e social, como único inimigo a combater, um despotismo militar muito real, ainda muito potente e muito ameaçador – e um simulacro, um fantasma de velha aristocracia que finge existir. Mas, acima desta classe burguesa governante, em todos os países, sempre excetuando-se, em aparência, a Suécia, há uma outra classe inferior, ou melhor, uma massa, a grande massa popular que começa a levantar a cabeça, reivindicando bastante alto seus direitos políticos e sociais. Esta aparição formidável e ameaçadora, mais assustadora para os burgueses que para o próprio despotismo militar, produziu sobre quase todas as burguesias da Europa o efeito da cabeça da Medusa. Petrificou-as e parou-as secamente no meio de sua caminhada triunfante. Estão como que paralisadas. A partir da aparição do fantasma vermelho, que se mostra pela primeira vez em 1848, no meio das terríveis jornadas de Junho, tais burguesias começaram a duvidar da liberdade, e por pouco que o fantasma ameace tornar-se uma realidade, estão prontas a jogar-se, sem reserva e sem condição, nos braços e sob a proteção do poder monárquico militar. Eis o que causa a doença mortal do liberalismo e do constitucionalismo, hoje: a burguesia que os representa sozinha nos dias de hoje não tem mais fé nela mesma, tem medo de seu próprio princípio, medo da liberdade – e o poder militar, aproveitando-se deste medo covarde e deste pânico, mas, ao mesmo tempo, incurável, renovando-o e estimulando-o pela invocação do fantasma

vermelho todas as vezes que a burguesia parece querer recuperar-se um pouco, fez, nestes últimos vinte e seis anos, todas as conquistas que você sabe sobre esta pobre liberdade, que ela ameaça, por fim, esmagar completamente. Eis aqui todo o segredo da situação atual em toda a Europa.

Sim, mil vezes sim, a liberdade está em perigo. Mas nós, que a amamos, nós que não podemos nem queremos viver sem ela, porque queremos ser homens, e que não há humanidade sem liberdade, o que faremos, a quem nos dirigiremos, em quem nos apoiaremos, para salva-la? Será à monarquia? Ela é sua inimiga mortal. À aristocracia, ao papa ou a um consistório de pastores protestantes? Estes são inimigos e ainda mais inimigos que os reis; além disso, seu poder não é mais que uma relíquia, o fantasma de um fantasma. À burguesia, por fim? Mas o que você vai fazer, se ela tem medo, e se ela tornou-se infiel e estúpida de tanto ter medo. Você pensa galvaniza-la e convertê-la? Perderá o seu tempo. Você ainda poderá empregá-la de vez em quando, aqui e ali, como pretexto, como meio, como aríete³² para atacar o poder burocrático e militar dos reis, mas apoiar-se sobre ela, contar com suas promessas e com sua energia, jamais. Veja, pois, a imensa maioria da juventude burguesa em todos os países. O egoísmo burguês, o ceticismo burguês, esta sabedoria de vista curta que mata, no coração, todas as grandes e nobres inspirações, a covardia, a dureza e a frivolidade burguesas penetraram nestes jovens e corromperam-nos até à medula de seus ossos. Eles não têm fé nem em si mesmos, nem em nada. Desempenham, perante o povo, que desprezam, o papel ridículo de aristocratas da inteligência, e afogam esta inteligência em grandes prazeres materiais e nos cálculos, quase mais miseráveis ainda, de sua futura carreira. Já são os exploradores iniciantes do povo. Mas, se até mesmo a juventude da burguesia é tal, como contar com a burguesia?

A burguesia morre de gordura, de estupidez e de medo – toda a atualidade no mundo civilizado é uma prova evidente disto. Mas, com ela, vão-se necessariamente o Liberalismo e o Constitucionalismo, porque ela ainda é, em nossos dias, seu único apoio.

Só a Suécia parece ser uma exceção na Europa, a Suécia com a Noruega, entenda-se. Você tem ainda quatro Estados, mas logo não terá mais do que dois, com uma Constituição e duas câmaras, como no resto de Europa. Sua aristocracia, anulada já hoje em dia, tende, evidentemente, a fundir-se na burocracia, para tornar-se, talvez, como na Rússia, se as circunstâncias quiserem permiti-lo, o que não é provável, uma sorte de burocracia hereditária. O seu clero, em tanto que classe política, vai-se esfumçar em breve.

32 NT: Instrumento de guerra que consistia num tronco de árvore com uma cabeça de ovelha na ponta, usado para arrombar portas.

Ficarão a burguesia e os camponeses. Os seus burgueses são como todos os burgueses da Europa, um pouco menos civilizados, um pouco menos experimentados, politicamente, talvez um pouco mais ingênuos. Mas têm uma vantagem imensa sobre seus colegas da Europa: estão muito menos assustados. O fantasma vermelho que os teria horrorizado e que teriam temido não menos que seus colegas, nunca não se mostrou, ainda, na Suécia. A democracia sueca, carecendo completamente de organização, de chefes, de pensamento, de vontade e quase até de consciência de si mesma, existe apenas no estado de elemento; mesmo assim, ainda não ameaça ninguém, e todos os horrores que se conta sobre a democracia continental produzem, nos seus bons burgueses, quase o mesmo efeito das histórias de ladrões nas crianças. É uma espécie de terror e de comoção agradáveis que faz-lhes sentir ainda mais vivamente a alegria de ter nascido no lugar pacífico das frivolidades inocentes e do ponche sueco. Tudo isto faz com que o seu burguês seja ainda apenas burguês pela metade – ele é, melhor dizendo, filisteu, do que burguês. Ele é completamente burguês nas questões exteriores de guerra e paz. Ele é, do fundo do coração, a favor da guerra a qualquer preço. Mas, nas questões interiores, mostra-se francamente liberal, capaz até, por vezes, de ir estonteantemente mais longe que o interesse que sua casta e de sua própria conversação deveriam permitir-lhe. Ele chama francamente a reforma constitucional, ele a deseja quase que com paixão, sem perceber que esta reforma terá, como consequência inevitável, o nascimento da democracia e das paixões democráticas na Suécia. Toda a questão é saber se a burguesia sueca persistirá até o fim nesta questão de reforma, se persistirá até mesmo quando for preciso, para fazê-la triunfar, com recurso a meios revolucionários?³³ Confesso que duvido um pouco. Entretanto, é possível que sua vaidade inocente a leve ao ponto de não ter medo de fomentar outra pequena revolução na Suécia. Quanto a esta outra questão, de saber: Se a sua burguesia será capaz de compreender a necessidade de uma aliança internacional para salvar a liberdade na Europa e, conseqüentemente, também na Suécia? Respondo energeticamente: não! Pegue os homens mais iminentes da burguesia: os Björk, os Hierta, os Wallenberg, os... não quero nomear todos os nossos amigos. Você não terá nem a coragem, não é, caro amigo, de abrir a boca para fazer-lhes semelhante proposta. Em tudo o que diz respeito às relações internacionais, e o conjunto da situação da Europa, eles têm a inocência das crianças, a ignorância dos bem-aventurados, a prudência de uma pomba e a vista de um míope. Além disto, tomaram seu partido e saem convencidos de que a

33 NT: “Toute la question est de savoir si la bourgeoisie suédoise persistera jusqu’au bout dans cette question de réforme, si elle persistira lors meme qu’il faudra, pour la faire triompher, avec recours à des moyens révolutionnaires?”

Suécia não pode fazer nada de mais sábio do que manter-se afastada, em todos os negócios da Europa e conservar a paz a qualquer custo. “Svezia fará da se”³⁴.

Os seus camponeses tem o estômago e os músculos mais vigorosos. Há neles estofo heroico. Apesar de serem, muitas vezes, muito ricos, trabalham a terra com suas próprias mãos. Eis sua dignidade e sua virtude. Há neles uma potência substancial que ainda não se esgotou numa civilização materialista e frívola. Apesar dos privilégios dos quais gozam há séculos, os quais fazem deles um tipo de casta histórica, exclusiva, salvados pelo trabalho, eles têm a inteligência e o coração aberto ao bom, ao verdadeiro, à humanidade, à justiça. Eles gostam muito da liberdade. Quanto a eles, não duvido que não renunciarão a ela sem luta, e que serão capazes de fazer uma revolução para mantê-la e até para alargá-la, se for preciso. Os seus camponeses são a avenida da sua liberdade, são todo o futuro da Suécia, durante mais cinquenta anos, pelo menos. Entretanto, toda medalha tem o seu revés, e os seus camponeses têm um grande defeito. Por sua posição histórica, por seus privilégios políticos, por esta propriedade de terra, principalmente, à qual eles tanto têm apego, eles próprios formam, sem duvidar, perante os proletários que empregam, principalmente, mas também perante a própria burguesia, um corpo aristocrático. Sente-se isto apenas vagamente, ainda, mas ficará mais evidente assim que, no lugar dos quatro Estados, vocês tiverem suas duas câmaras, e muitas vezes vocês verão que a burguesia, sem poder ter triunfar sobre os primeiros por falta de potência, triunfarão sobre eles por maior liberalidade de suas ideias. Aliás, em tanto que massa, seus camponeses são ignorantes demais para formar ideias corretas sobre a situação geral da Europa e para tomar parte ativa numa aliança internacional. Não digo que não haja exceções, e até acho que é preciso procurá-las.

Você, democrata sincero por suas aspirações e por todas as suas ideias, confesse, caro amigo, que você não acha nenhum ponto de apoio em seu próprio país. Você não está, nem pode estar, nem com os burgueses, nem com os camponeses, você está entre eles, ou melhor, acima deles, tratando de fazer que se mexam uns pelos outros. Para sentir um terreno firme sob os seus pés, você deveria ter, na Suécia, uma democracia organizada. Ela não existe; entretanto, os elementos não faltam. Vocês tem tudo o que temos no resto da Europa, tanto o proletariado dos campos quanto o proletariado das cidades e, diga-se o que se disser, para uns e outros, miséria suficiente. Eis as massas que seria preciso organizar. Não seria tão fácil para os proletários do campo, cuja ignorância, naturalmente, é muito maior, e sobre os quais não

34 NT: “A Suécia vai se virar sozinha”, em italiano. No original, a primeira palavra estava grafada “Svezia”.

seria possível exercer uma ação salutar de outra forma, a não ser por intermédio destes camponeses-proprietários nos quais a inteligência, a justiça e as aspirações generosas seriam mais fortes que os interesses de proprietário. Existem, com certeza em número reduzido, mas devem existir, e como eu disse, seria preciso procurá-los. Quanto aos proletários das cidades, a ação sobre eles é mais fácil. Eles encontram-se, por assim dizer, sob suas mãos, as quais vocês só precisam esticar para apertar as mãos deles. E nem os chefes lhes faltariam. Eu, que sou desconhecido e tão novo em seu país, já conheço dois em Estocolmo, dos quais um é dotado de uma inteligência mais prática, é mais influente, mais ativo, mas o outro, mais amplamente instruído que o primeiro, fala francês e alemão, espírito calmo, um pouco lento, mas convicto, e principalmente, caráter de uma honestidade irrepreensível, exerce uma grande influência sobre o primeiro. Unidos a um político como você, fariam milagres, sem dúvida. Por que não lhes dar a mão? –Mas o que fazer? você perguntará. –Como, o que fazer? Nem que seja para organizar associações econômicas de socorro, de crédito e de empresas industriais cooperativas³⁵, sem intervenção dos capitalistas e dos comerciantes, associações iguais às aquelas de Rochedale, na Inglaterra, e às aquelas que começam a cobrir todo o solo britânico, a Alemanha, a Bélgica, a Suíça, e agora também a Itália e a França. Seria um benefício para os operários Suecos, e ao mesmo tempo seria um começo para sua organização política, como partido puro da democracia. Seria um benefício para eles e um dever sagrado para você, pois, confesse, caro amigo, vocês todos, enquanto chefes do partido do movimento na Suécia, não fizeram, até aqui, mais que explorar estes infelizes operários em favor de objetivos que lhes são perfeitamente estranhos. Vocês irão explorá-lo quando houver alguma nova necessidade, agitando-os ou pela questão escandinava, ou pela questão da reforma constitucional, que não trarão nenhuma mudança à posição deles, nem uma nem outra. O que lhes importa, no fundo, uma reforma constitucional que não lhes concederá nem o direito de eleição e de voto?

Resumindo, se você entrar em nossa organização secreta, quem representará? Não será nem a burguesia sueca nem os camponeses suecos. Nem a primeira, nem os segundos, farão questão de participar de uma aliança internacional. Você não representará, pois, entre nós, nada de atualmente existente, porém você representará uma potência real: o futuro da democracia escandinava no geral, e sueca em particular.

Mas volto ao meu tema. O liberalismo e o constitucionalismo estão morrendo na Europa, primeiro porque destas duas classes que os criaram e que são chamadas a apoiá-los sozinhas, a primeira, a aristocracia, tornou-se nada

35 NT: No original, “mutuelles”, literalmente “mútuas”.

mais que uma sombra de si mesma, e a segunda, a burguesia, esgotada pelas vitórias que levou sobre o poder divino e a aristocracia, satisfeita, em grande parte, com as conquistas e, por conseguinte, libertada deste estimulante que antes a tinha empurrado sempre para frente, sentindo-se hoje ultrapassada por todas as ideias democráticas modernas, e, principalmente, paralisada pelo medo que o fantasma vermelho lhe causa, morre também de esgotamento, de esterilidade, de descrença e de medo. Longe de ter a energia necessária para se opor aos progressos da reação na Europa, ela se sente, ao contrário, pronta para se jogar nos braços do poder militar para pedir-lhe proteção contra a democracia. Talvez você me diga que hoje, em quase todos os países da Europa, a burguesia parece acordar, ao contrário, para defender a liberdade contra o despotismo, na França, na Alemanha, na Inglaterra. Não é a burguesia que se está levantando, é um pequeno número de homens generosos, justos e inteligentes, nascidos na burguesia, mas que se nomeiam democratas e republicanos, e que defendem, em consequência, não a causa nem as ideias da burguesia, não o constitucionalismo e o liberalismo que desdenham com razão, mas a grande causa do povo, as ideias democráticas políticas e sociais. Tais são, mais ou menos, os “Jules Favre” e os “Henry Martin” na França, os Schultz Délitch na Prússia, tal vem tornando-se, pouco a pouco, hoje em dia, até mesmo a escola de Manchester, na Inglaterra. Todos inscreveram em seus programas: “República”, bem baixo, “Democracia”, bem alto, “Emancipação do povo pela emancipação e pela associação do trabalho”, “Reformas políticas e sociais”. Nós, que não temos posição oficial que guardar, dizemos francamente “Revolução política e social”.

Hoje, caro amigo, de vivo e enérgico na Europa, só existe o povo, principalmente esta parte avançada do povo que chamamos operários de fábrica e das cidades. É o único exército que podemos opor aos exércitos unidos da Santa Aliança dos reis contra a liberdade.

Se este exército se erguer simultaneamente em toda Europa, estamos salvos. Se não se erguer unido, mas por corpos separados, isolados, um após o outro, há grandes chances de sermos derrotados. Se não se erguer de modo algum, nós, e a liberdade conosco, estamos perdidos. Mas, você acha que este exército vai-se erguer se o invocarmos em nome dos Princípios constitucionais e liberais? Esperá-lo seria uma insigne loucura. A lógica, assim como a história dos últimos vinte anos na Europa, provam o quanto uma esperança destas é absurda. Sabe por que Napoleão III pôde dar seu golpe de Estado? Porque esta massa de operários, carneiros, massacrados pelos burgueses aliados às forças armadas em junho de 1848, as abandonou deliberadamente, por sua vez, em dezembro de 1851. Sabe por que o sr. Bismarck ri de todos os protestos do parlamento de Berlim? Porque ele sabe que os operários da Prússia e da Alemanha não têm fé no parlamento, em maior parte composto

de burgueses, e que sem os operários, este parlamento com todos seus magníficos discursos, é uma impotência. <O povo, em todos estes países, não se levantará nunca mais por>

Desde que as ideias de emancipação política e social do povo, de direito para o povo, de justiça e de liberdade para o povo, percorreram a Europa, nenhum povo se levantará mais, a não ser pela realização destas ideias. Então, para levantar os povos, é preciso adotar nosso programa, que é a justa expressão destas ideias. E, para levá-lo em todos os países ao mesmo tempo, a fim de tornar possível o triunfo da revolução, para prepará-lo em todo lugar para um levante simultâneo, é preciso uma organização secreta prealável. Eis que chegamos, enfim, à questão puramente prática. Mas antes de ir mais longe, caro amigo, rogo-lhe que se pergunte francamente se concorda, não com todos os detalhes, o que não é necessário nem possível, mas com todos os pontos principais desta carta por demais longa?

Você está convencido:

1. Que a Santa Aliança dos déspotas ameaça a liberdade, na Europa, de um perigo terrível?

2. Que, para salvar a liberdade de todas as nações, é necessária a aliança de todas as nações?

3. Que nenhum congresso público saberia nos levar a este objetivo, e que, para que a aliança das nações se torne real, é necessária uma entente secreta entre os homens mais avançados e mais enérgicos de todos os países e uma ação organizada secreta?

4. Que esta associação e esta organização não saberiam atingir suas metas sem ter como base um grande e justo princípio político e social, capaz de inspirar, nos homens, a fé, a energia e a dedicação – capaz de eletrizar as grandes massas populares?

5. Que este princípio só pode ser o princípio da liberdade, oposto ao da autoridade - da liberdade não de alguns, mas de todos - a liberdade com todas as suas mais largas consequências políticas e sociais.

6. Que a liberdade só é possível e justa na igualdade positiva e real, de cada um e de todos, dando a qualquer homem de boa vontade a possibilidade real de se tornar um homem.

7. Que esta igualdade não poderia ser realizada a não ser com base nos cinco pontos fundamentais de nosso programa social:

1. Abolição do direito de herança
2. Liberdade do casamento e da família
3. Emancipação da mulher
4. Adoção e educação de todas as crianças pela comuna

5. Obrigação de trabalho para todo mundo
6. Balanço do trabalho e do produto
7. O trabalho, única base dos direitos políticos e sociais.

8. Que a ordem na sociedade deve ser não a base, mas o coroamento³⁶ da liberdade e que, por conseguinte, a organização deve ser feita através da centralização, como nos Estados atuais, quer dizer, de cima para baixo, do centro para a circunferência - mas através de livre federação e união, de baixo para cima e da circunferência para o centro?

E agora, passando às questões práticas, você pensa, como nós:

9. Que o constitucionalismo e o liberalismo estão morrendo na Europa, porque, das classes que os apoiaram e criaram, uma, a aristocracia, existe agora apenas no estado de pretensão impotente – e a outra, a burguesia, paralisada pelo medo da democracia, perdeu fé nela mesma e na liberdade?

10. Que não podemos contar de forma alguma com a burguesia para nos defender da reação, novamente aliada, e ameaçadora – e que não temos outro exército a opor à Santa Aliança a não ser o povo, e acima de tudo os operários das cidades?

11. Que, para insurgir os povos, as estreitas ideias de liberalismo constitucional não bastam mais [?] Que é necessário um programa democrático e social - resumindo, o nosso programa?

12. Que não é suficiente que os povos se insurjam, que é preciso que se insurjam todos, ou, pelo menos, vários de uma vez só; e que para isto é necessária uma aliança e uma organização prévias secretas, resumindo, uma Conspiração internacional?

Se você responder “sim” a todas estas perguntas, leia as páginas que seguem, pois você é um dos nossos.

Se não, não leia.

Mas antes de acabar esta parte, para evitar qualquer mal-entendido entre nós, quero fazer uma última observação importante. Não pense, pelo amor do Céu, que sejamos loucos o bastante para aspirar à realização imediata, ou mesmo próxima, de nosso programa. Comparando-o com o estado e às disposições atuais do mundo, seria de direito zombar de nós, se tivéssemos uma esperança tão extravagante. Bem sabemos que, só para realizar seus pontos fundamentais, serão necessários 50 anos no mínimo, e talvez mais de 100 anos. Mas, como os Jesuítas, que, formados na sociedade secreta mais bem organizada do mundo, trabalham há mais de dois séculos, com uma obsti-

36 NT: No sentido arquitetônico, ou seja: a parte mais alta de um edifício, muitas vezes com um enfeite.

nação incansável, para a destruição de toda liberdade no mundo, nós, que queremos o triunfo da liberdade, fundamos, nós também, uma sociedade de longo prazo, que deve sobreviver a nós, e que só se dissolverá quando todo o seu programa for realizado. E nós só podemos receber nesta sociedade,

1º homens que queiram, com paixão, toda a emancipação da humanidade, e que, conseqüentemente, não podem fazer outra coisa, a não ser aceitar todo o nosso programa. De outra forma, teríamos certeza de sermos traídos, se não pela má vontade, pelo menos pela fraqueza e a dissidência daquele que não seria inteiramente nosso.

2º Homens inteligentes e práticos que, ao aceitar nosso programa, não teriam a ideia louca de realizá-lo³⁷ por inteiro imediatamente, mas que, entendendo bem a situação geral da Europa, e a posição particular de seu país, farão com um ardor incansável o que será praticamente possível para fazer convergir a política exterior e a organização social interior de seu país, à realização da grande meta.

37 NT: No original, o artigo está no feminino, aparentemente de forma indevida.